

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PESQUISA ECONÔMICA

O ENDIVÍDAMENTO EXTERNO DOS  
PAÍSES ATRASADOS

Pablo Rieznik

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA  
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

001527-0

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE

Série Fac-Símile nº 22

O ENDIVIDAMENTO EXTERNO DOS  
PAÍSES ATRASADOS

Pablo Rieznik

(Versão apresentada ao PNPE em julho/1984)

Rio de Janeiro

Novembro - 1985

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Símile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE e a tiragem de cada volume é de 100 exemplares. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/IPEA por ocasião do término dos projetos.

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.

## SUMÁRIO\*

### Os países atrasados e o capital financeiro

- . O processo de articulação recente
- . A lógica do capital ou a insuficiência da poupança?
- . Crise mundial e dívida externa
- . Notas

### Dívida externa: caráter da situação atual no contexto da crise econômica mundial

- . As grandes fases do endividamento
- . A dívida externa, a crise mundial e os altos juros
- . Economia e política econômica
- . Notas

### Anexo estatístico

\* O presente volume, ainda que independente, faz parte de uma série de relatórios de pesquisa inter-relacionados, a serem proximamente reproduzidos na Série Fac-Símile (números 18 a 22, inclusive), conforme lista disposta ao final.

## OS PAÍSES ATRASADOS E O CAPITAL FINANCEIRO

### O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO RECENTE

De um ponto de vista histórico, as nações atrasadas que fazem parte da periferia do mundo capitalista foram sempre devedoras em relação às metrópoles. Esta posição corresponde à natureza mesma de sua integração no mercado mundial como importadoras de capital. Uma integração que foi se desenvolvendo como parte integral da expansão dos países capitalistas centrais, exportadores de capital. O investimento, de um lado, e os empréstimos, de outro, são os mecanismos pelos quais o capital, à procura de novos e maiores lucros, projetou-se na direção dos países periféricos. As características que tomam e a dimensão que atingem estes dois fluxos de capital dependem de um conjunto de circunstâncias vinculadas às diversas etapas que marcam a evolução da economia mundial. Neste contexto, a questão específica que está colocada em relação à situação presente é a indagação em torno das razões e características da expansão sem precedentes do volume do endividamento externo das nações periféricas.

No que diz respeito ao aspecto quantitativo deste fenômeno, cabe indicar que uma estimativa modesta sobre o nível atingido na atualidade pela dívida externa da quase centena de países devedores listados pelo Banco Mundial - em torno dos 650 bilhões de dólares - implica que o crescimento da mesma foi da ordem de 18.5% ao ano no curso da última década, sendo hoje mais de cinco vezes e meia superior ao endividamento de há dez anos. O montante atual equivale a 5 ou 6 vezes a totalidade da produção industrial brasileira num ano. O vertiginoso incremento das dívidas se deu num quadro em que o denominado lado real da economia evidenciava um panorama de extensa e duradoura estagnação: entre 1973 e 1983 o produto da indústria dos países mais desenvolvidos

cresceu a uma taxa média anual de 1.3%, ou seja, manteve-se praticamente no mesmo ponto no que tange à produção por habitante.

Estes dados elementares ilustram a questão decisiva que está na base do problema da dívida externa dos países atrasados (e cujos débitos são uma parte do fenômeno mais geral do superendividamento da economia mundial); isto é a crise generalizada que resulta numa massa ociosa de capital acumulado, que não encontra aplicação na órbita produtiva e que se orienta aos mercados financeiros. A forma peculiar que toma a expansão dos mercados financeiros, que operam no circuito internacional, é a difusão em escala planetária do sistema bancário privado a partir das casas matrizes, localizadas nos países centrais, sendo esta a razão fundamental da denominada "privatização" dos fluxos de financiamento, característica central do endividamento externo dos países periféricos.

Até o começo da década dos anos setenta<sup>(1)</sup>, o mercado financeiro que detinha passivos externos, majoritariamente em dólares, canalizou suas divisas em operações ativas junto às grandes companhias do mundo industrializado. A partir de então, porém, emerge uma série de mudanças significativas neste poderoso mercado. De um lado, começou a declinar a demanda de financiamento das grandes empresas, fundamentalmente no continente europeu, que encerravam um período de investimento de fundação, iniciado nos anos 50. De outro lado, a política de liberalização dos movimentos de capital, nos Estados Unidos, deu lugar a um volumoso deslocamento de capitais para os mercados financeiros localizados fora de suas fronteiras, realimentado essencialmente por movimentos especulativos. Destacam-se nesse momento as operações de arbitragem com as moedas, que permite a realização de lucros rápidos, fáceis e fluídos, estimuladas por sua vez por uma liquidez constante em dólares, originada no que foi o centro da política monetária americana em grande parte da década de 70: impedir uma elevação súbita e consistente das taxas

de juros<sup>(2)</sup>. Este processo levou a uma situação de abundância de ativos financeiros e monetários no sistema bancário privado internacional, que desatou uma ávida procura por novos clientes e uma acentuada concorrência entre os diversos segmentos do mercado. É precisamente a partir de então que os bancos dos grandes países capitalistas abriram uma nova área de negócios, até esse momento inexplorada: os empréstimos aos países atrasados, com déficits em suas contas correntes do balanço de pagamentos que, historicamente, tinham sido cobertos com financiamento das instituições oficiais de crédito internacional (FMI, Banco Mundial etc.). Desta forma, ainda antes da quadruplicação dos preços do petróleo, em 1973, os países periféricos começaram a se endividar em níveis relativamente desconhecidos no passado, centrando sua crescente demanda de créditos nas fontes privadas em permanente expansão. Como resultado deste novo tipo de articulação, no qual o euromercado ocupa um papel chave, tendeu a diminuir violentamente a participação dos investimentos estrangeiros diretos nas receitas de capital dos balanços de pagamentos dos países atrasados ao mesmo tempo em que se avolumavam os novos empréstimos e financiamentos bancários.

Se, como apontamos, a relação entre os países atrasados e os centros financeiros privados começou a crescer em função da liquidez existente nos mercados nos primeiros anos da década passada, o fenômeno adquiriu um enorme desenvolvimento a partir da crise econômica internacional de 1974-75. Seu conhecido e muito difundido efeito no desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países periféricos renovou, com força inusitada, o fluxo de capitais em direção a estes últimos. Segundo o Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, "enquanto o aumento do petróleo foi pouco menos que um desastre para a economia mundial, ele gerou para os bancos a oportunidade de um negócio muito lucrativo. Criou para eles uma vasta clientela nova: os bancos centrais estrangeiros, as empresas estatais, as de serviços públicos e os governos municipais, tanto de países em desenvolvimento como dos desenvolvi



dos, foram em massa ao mercado privado de capitais, à procura de fundos" (3). A citação vale a pena para confirmar o impressionante papel que assumiram os bancos privados no cenário da crise econômica, que ainda perdura, embora ela seja totalmente unilateral quando se refere ao "desastre para a economia mundial como consequência dos aumentos do preço do petróleo". Omite-se, entre outras coisas, e enorme assimetria do citado desastre em matéria de desequilíbrios externos: de 1974 a 1979 os países industrializados acumularam um déficit médio anual em conta corrente de 2 bilhões de dólares, enquanto os países em desenvolvimento não exportadores de petróleo registraram um déficit anual médio de 42 bilhões de dólares (4), o que demonstra a enorme capacidade dos países centrais para transferir os custos da crise para os elos mais fracos da economia internacional.

A liquidez em constante crescimento transformou progressivamente os grandes centros financeiros internacionais num enorme mercado de "oferta" desde o período 1971-73, com uma breve interrupção em 1975, logo após a falência de alguns bancos alemães e americanos, que provocou alguns elementos de incerteza, rapidamente digeridos. A concorrência para fornecer dinheiro aos devedores de "primeira classe" em particular (os países relativamente mais sólidos entre os periféricos) e em seguida para colocar o capital ocioso a qualquer custo, significou uma corrida na qual agora, e tardiamente, lamenta-se não haver avaliado o "risco-país" das nações devedoras (conceito que inclui não apenas uma avaliação do desempenho dos setores econômicos mas também a situação política em geral, o desenvolvimento dos movimentos sociais etc.). Como temos oportunidade de examinar, num próximo capítulo, o risco creditício tem se convertido na atualidade num elemento fundamental das altas taxas de juros (atribuídas geralmente de um modo unilateral ao déficit americano). A massa de créditos, concedida no passado, tende a converter-se inevitavelmente em ativos "no performing" na mesma medida em que se esgotam os expedientes que encobriam esta realidade até o come-

ço dos anos oitenta (fundamentalmente a realização contábil dos lucros pela via de novos créditos, para os quais os bancos carecem agora do lastro necessário). Não é obviamente um acaso a insistência periódica em todos os terrenos com a qual se reitera o perigo potencial e o caráter explosivo deste fenômeno como fator de instabilidade na economia mundial, ao mesmo tempo em que se multiplicam os chamados de atenção sobre a necessidade de disciplinar a desordem existente. O quadro recessivo da economia internacional alimenta de maneira contínua o grande volume de capital especulativo, cujo lucro, naturalmente, não provém do aumento da produção de riqueza mas de transferências intersetoriais. É neste contexto que deve ser colocada a análise sobre a maneira pela qual os países atrasados se "engancham" neste desenvolvimento do capital financeiro e as repercussões que provoca no interior do seu próprio sistema econômico.

#### A LÓGICA DO CAPITAL OU A INSUFICIÊNCIA DA POUPANÇA?

Na literatura econômica convencional, a captação de recursos por parte de um país é habitualmente vinculada às vicissitudes de sua dinâmica interna. Desta maneira, a abordagem metodológica não parte da realidade de uma economia mundial, concebida como categoria própria, mas do preconceito oposto, que o mercado internacional pode ser entendido como soma das diversas economias nacionais. Neste esquema, a receita líquida de capital aparece como um reflexo, ou seja, como resultado de um déficit no balanço de pagamentos que por sua vez seria um sintoma do desequilíbrio das variáveis internas: a sociedade estaria investindo acima de suas possibilidades, isto é, além da poupança gerada pelos agentes econômicos internos. Os recursos externos seriam, portanto, uma complementação da poupança interna, que permitiria aumentar a taxa de investimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico. A partir deste paradigma e enfatizando as "vantagens" do endividamento externo

ou da absorção de capitais estrangeiros, como meio para ampliar as possibilidades de investimento e acelerar o desenvolvimento interno, o atual Ministro da Fazenda do Brasil sustentou que "a economia de um país não difere muito da de uma empresa ou, inclusive, da de um indivíduo (sendo que) para acelerar o ritmo do seu desenvolvimento econômico um país como o Brasil - onde o fator escasso é o capital - deve tratar de obtê-lo no exterior"<sup>(5)</sup>.

A analogia, não obstante, não parece pertinente. Em primeiro lugar, porque o endividamento de uma firma que capta capital sob a forma de crédito não se defronta em princípio com o problema de obter as divisas necessárias para saldar suas obrigações e, se isto se faz necessário, como resultado de uma operação com não residentes no país, não incorpora em suas previsões os problemas macroeconômicos que surgem no horizonte de uma economia nacional considerada como um todo. O endividamento dos países periféricos tem como "a priori" o fato de que sua própria moeda carece de todo valor no mercado internacional e que, em consequência, só podem conseguir as divisas para saldar suas obrigações externas através de exportações superiores às suas importações. Analisar a dívida à margem desta espécie de ditadura monetária, que a pressupõe e que expressa de partida o tipo de dominação ao qual estão atrelados os países devedores é, pelo menos, pouco rigoroso. Em segundo lugar, há um certo eufemismo, quando se fala da dívida de um "país" deixando de lado que são as próprias empresas - sejam privadas, estatais ou estrangeiras - as que tomam os créditos, omitindo-se, em todo caso, o significado particular e específico do fenômeno da estatização da dívida (tão comum nos países latino-americanos na última fase). Em terceiro lugar, é evidente que o endividamento de um "país" implica em certos condicionamentos de ordem política e institucional, que não aparecem no universo específico de uma empresa.

Ademais, o modelo que identifica as receitas de capital com uma defasa

gem interna entre os volumes de poupança e investimento admite algumas hipóteses clássicas sobre concorrência, mobilidade de fatores, condições técnicas etc., que deixam de lado problemas essenciais existentes na realidade, como as limitações tecnológicas, dimensão e organização dos mercados, grau de monopolização da economia mundial etc.. Tal modelo não indica que, por exemplo, os países atrasados, mesmo que não tenham um déficit quantitativo de poupança, podem ser induzidos a incorporar capitais como resultado dos problemas apontados. Basta, por outra parte, comparar os registros contábeis de muitos países devedores no período recente para observar que só excepcionalmente o volume do chamado "hiato de recursos" (déficit em conta corrente menos os serviços de fatores) ou "necessidade de poupança externa" coincide com o fluxo de capital estrangeiro, seja sob a forma de investimento, seja sob a forma de crédito.

Existe uma objeção mais elaborada a esta concepção, que foi desenvolvida em particular para explicar as características da evolução da dívida externa do Brasil no último período. Conforme esta interpretação, o fator limitante do crescimento não era a poupança agregada, mas uma espécie de incapacidade crônica do setor financeiro privado para captar o tipo de recursos demandado pelo setor produtivo<sup>(6)</sup>. No caso não estaríamos perante uma questão de quantidade mas de qualidade: a dificuldade do setor financeiro privado em mobilizar capital de crédito a prazo e a taxas convenientes para responder à demanda para o investimento produtivo, especificamente para projetos médios e grandes. As razões, que explicam esta situação, seriam de ordem estrutural porque o sistema financeiro privado tem no Brasil um menor grau de oligopolização que o setor produtivo formado pelas grandes empresas - públicas e estatais - na medida em que conta com um passivo de curto prazo que o impede de realizar operações ativas capazes de sustentar grandes empreendimentos em matéria de inversão. Por outra parte, argumenta-se que, do ponto de vista teórico, poderia ter-se adotado políticas corretivas

em função de uma melhor distribuição do crédito; isto é, de adaptação ao tipo de demanda para os investimentos de grande porte e sem necessidade de apelar para um volumoso endividamento externo. Uma opção destas características teria sido descartada em virtude das decisões políticas que implicaria, ao exigir fundamentalmente uma maior participação do setor público no processo de captação e distribuição dos recursos financeiros.

As observações que merecem estas análises, em relação à economia brasileira, são basicamente de dois tipos. Em primeiro lugar, existem provas claras de que a participação e distribuição de recursos financeiros é precisamente maior agora que no passado, através de fundos, programas e agências da natureza mais diversa. Em segundo lugar, não fica claro, pelos poucos estudos disponíveis, a possibilidade de demonstrar que o crédito externo veio a cobrir as deficiências do sistema financeiro no que diz respeito ao financiamento de investimentos de magnitude, com prazos e condições adequadas. Um dos trabalhos mais completos realizados até o momento sobre o destino dos fluxos de crédito externo chegou à conclusão de que praticamente 70% dos créditos concedidos às empresas manufatureiras no final da década de sessenta e começos de 70 foram utilizados como capital de giro. Mais ainda: a proporção indicada atinge os 98% se se computam somente os empréstimos realizados através das operações diretas das empresas, o que significa que apenas 2% teria sido utilizado para financiar capital fixo industrial (equipamento, construção e montagem)<sup>(7)</sup>.

O conjunto de considerações acima indica, portanto, que dificilmente o fenômeno da dívida externa pode ser analisado a partir da "insuficiência de poupança" pelo menos no que tange à magnitude e características concretas que tomou, não apenas no Brasil, mas num conjunto de países, nos últimos dez a quinze anos. Uma aproximação mais cuidadosa ao problema deve vincular o crescimento da dívida nos países atrasados tanto

ao grau de internacionalização da economia mundial e suas modalidades de desenvolvimento como às características da sua própria evolução econômica interna. Obviamente, seria unilateral afirmar que o endividamento só foi induzido, por assim dizer, pela liquidez de divisas no centro capitalista, pois os governos dos países periféricos foram os que criaram as condições para que a sua integração fosse desenvolvida em circunstâncias precisas, adaptando-se à dinâmica imposta pelo mercado de oferta de divisas.

#### CRISE MUNDIAL E DÍVIDA EXTERNA

O endividamento externo sem precedentes históricos dos países denominados periféricos e o peso decisivo do sistema bancário privado internacional, como fator de importância preponderante no movimento de suas economias, deve ser analisado, portanto, à luz das tendências básicas que caracterizam a economia capitalista mundial. Se a dívida externa é uma das formas fundamentais que assume a nova fase de articulação das nações atrasadas no mercado internacional, esta forma é inseparável do conteúdo peculiar da etapa atual de desenvolvimento do capitalismo, marcada pelo esgotamento definitivo do ciclo expansivo que acompanhou a reconstrução econômica do pós-guerra. A partir dos mais diversos enfoques e no meio de agudas polêmicas sobre as causas do fenômeno, tem-se apontado a ocorrência de uma queda significativa, no período recente, das margens de lucro do capital produtivo nas economias capitalistas avançadas. Esta seria a raiz determinante na tendência à estagnação, que registra a economia capitalista, manifestada com força total a partir da metade dos anos setenta. Dada a natureza da fonte, vale a pena citar o comentário de um Informe do Banco de Compensações Internacionais, que data de alguns anos atrás: "pode afirmar-se que, independentemente de uma baixa mundial da demanda, tem-se produzido uma reversão na tendência ao crescimento das economias industrializadas. Existem vá

rias razões que confirmam esta suposição. Tem declinado a participação dos lucros na renda nacional e, em vários países, esta queda iniciou-se antes da recessão. O volume de gastos em capital fixo deixou de crescer há vários anos. Em determinadas indústrias - a siderurgia, os estaleiros, as têxteis, as de fibras artificiais, as de alguns produtos petroquímicos básicos etc. - tem-se criado um grande excedente de capacidade"<sup>(8)</sup>.

Em conseqüência, se considerarmos o problema do endividamento externo do mundo periférico a partir de uma visão do conjunto da economia mundial, tanto a superliquidez como a sobrecarga de um enorme passivo externo nos países devedores são fenômenos em que se manifesta a crise de acumulação do mundo capitalista. Neste sentido, a hipertrofia de um impressionante circuito financeiro de divisas é um resultado direto das dificuldades de valorização do capital na órbita produtiva das economias desenvolvidas. É a própria crise de valorização do capital, com os métodos que lhe são específicos, na produção material, que determina ademais os limites e o alcance potencialmente explosivo dos mecanismos especulativos que caracterizam a atual conjuntura econômica internacional.

Num primeiro momento a recirculação do capital flutuante em divisas atuou, paradoxalmente, como barreira a um aprofundamento da recessão internacional, porque evitou uma queda mais profunda no volume do comércio internacional, ao oxigenar os balanços de pagamentos dos países da periferia. Contudo, o mecanismo funcionou como válvula de escape que, adiando os problemas imediatos, colocou a perspectiva de um colapso maior para o futuro. De acordo com estimativas realizadas há alguns anos, calculava-se que, se em 1977 um de cada quatro dólares dos empréstimos internacionais era destinado ao pagamento do serviço da dívida, em 1985 dois de cada três dólares do novo endividamento seriam alocados para cobrir juros e amortizações das obrigações previamente con-

traídas<sup>(9)</sup>. Porém, a realidade superou estas previsões porque já em 1983 o "dinheiro novo" disponível pelos bancos não alcançou sequer a quantia correspondente aos juros confiscatórios demandados pelos credores aos países pobres. O resultado materializou-se numa "exportação líquida de capitais" conforme a terminologia da CEPAL, equivalente a 30 bilhões de dólares. Na realidade, uma repatriação de ganhos equivalentes a 300 milhões de salários mínimos de 100 dólares, uma enorme transferência do produto do trabalho social ao exterior numa região onde 40% da população vegeta em condições inferiores às consideradas mínimas para a sobrevivência humana.

Do ponto de vista do rigor da análise, cabe esclarecer que em qualquer caso as relações entre a órbita financeira e real da economia não podem ser reduzidas a esquemas simplificadores perante o problema em pauta. Segundo a correta advertência de um estudo sobre o tema, não é necessário procurar uma oposição ou antagonismo absoluto entre o lucro produtivo e o financeiro, já não como categorias da análise, mas como manifestação do movimento real do capital, em que aparece sempre uma combinação particular, cuja base está determinada pelas articulações através das quais se integram as diversas frações do capital financeiro (bancário, industrial, comercial e inclusive estatal)<sup>(10)</sup>. No plano macroeconômico, não obstante, é pertinente indagar em que medida a mobilização internacional de capitais representa uma reativação do ciclo capitalista. Se nos guiarmos pelos indicadores habituais de evolução do produto, capacidade ociosa, desemprego etc. os resultados parecem ser ainda pouco significativos. Isto revelaria também outro aspecto da crise internacional, relativo à sua perdurabilidade: a crise não tem consumado sua obra, isto é, não tem provocado todavia a destruição de capital necessária para recriar as condições de sua valorização nos níveis que exige sua atual composição orgânica. A revitalização da retórica "prekeynesiana", tão em moda nos últimos anos, encontraria em parte sua explicação na necessidade de "limpeza" do quadro atual: le-



var à falência todos os setores do capital que não podem ajustar-se às exigências da acumulação e pressionar, por outro lado, em favor de um barateamento da força de trabalho (requisitos básicos para uma elevação nítida da rentabilidade do capital). Por esta razão, reitera-se sistematicamente a ofensiva contra a manutenção dos subsídios aos setores mais obsoletos do aparelho produtivo, como também o ataque a todas as formas do salário indireto, garantidas por recursos estatais.

Neste terreno pode se explicar também a racionalidade do debate dos últimos anos sobre o denominado "redeployment" industrial, ou seja, sobre a transferência de diversas atividades de produção das economias capitalistas desenvolvidas para os países atrasados. Trata-se de procurar a "otimização do lucro" nas novas circunstâncias do mercado internacional. O anárquico endividamento dos últimos anos tem tido certa lógica se analisarmos a questão a partir deste novo ângulo. Em primeiro lugar, porque uma de suas características é a extrema concentração em alguns países (Argentina, Brasil, México e Venezuela na América Latina) que são, precisamente, considerados como os mais indicados para o "redeployment" em função do tamanho dos seus mercados, das economias externas que oferecem aos eventuais investidores externos etc.. Em segundo lugar, porque o que habitualmente se denomina a "política econômica dos credores externos" está em perfeita sintonia com a receita descrita de estimular a crise reestruturadora do capital: quebra dos velhos setores protegidos, integração à economia mundial sobre a base das vantagens comparativas, liberdade para o funcionamento das forças do mercado etc.. A dívida, portanto, atua como uma engrenagem do mecanismo de maior integração à economia mundial, dentro da lógica própria do capital, com todas suas repercussões desagregadoras no plano interno, como fica provado violentamente pelos problemas atuais dos países de nosso continente.

Esta maior integração não se concretiza apenas pela via das correntes

do capital, em maior ou menor medida registrada no balanço de pagamentos, mas também no campo das trocas e do comércio de mercadorias. Vários trabalhos têm colocado em relevo a "vocação" importadora das empresas de capital estrangeiro, assim como sua tendência a registrar um balanço comercial negativo nas transações com o exterior<sup>(11)</sup>. Ademais, essas empresas constituem o centro das políticas de "promoção das exportações" e contabilizam como benefícios somas consideráveis de subsídios e incentivos da mais diversa índole, assim como os lucros "invisíveis" que resultam de sua capacidade para manipular os preços na medida em que parte fundamental de suas transações realizam-se no seio da própria empresa. Um cálculo modesto dos lucros extraordinários que permite o super e subfaturamento das transações entre filiais e matrizes indica que tal mecanismo poderia, pelo menos, duplicar os lucros médios "normais" das empresas transnacionais<sup>(12)</sup>.

O comentário anterior põe em relevo, por sua vez, a unilateralidade absoluta daquilo que vulgarmente aparece como o remédio para o problema da dívida externa: o aumento das exportações, particularmente as de produtos industriais, considerado à margem dos elementos mais profundos que caracterizam a posição dos países periféricos no mercado mundial. Sobre este problema seria mais útil investigar especificamente a evolução dos preços dos produtos manufaturados exportados face aos preços dos produtos manufaturados importados, porque tudo indica que existe uma deterioração sistemática dos termos de troca dos países devedores, coerente com a dinâmica do "redeployment" dos conglomerados capitalistas das nações imperialistas. Isto porque o aumento das exportações dos produtos manufaturados está vinculada a um processo muito mais complexo de reestruturação da divisão internacional do trabalho, pela qual as empresas chamadas multinacionais redistribuem certo tipo de atividades dos países centrais para a periferia do sistema capitalista, a partir da qual uma parte da produção volta ao exterior como "produtos manufaturados". E acontece que tal redistribuição está em

boa medida financiada justamente pelo endividamento externo. Face a uma avaliação superficial do problema, o que se deduz daquilo que acaba de ser apontado é que as exportações de manufaturados não contribuem para atenuar ou resolver o problema da dívida. Pelo contrário, tem sido sugerido que a equação correta seria a oposta, isto é, quanto maior exportação de manufaturados, tanto maior endividamento<sup>(13)</sup>.

O fenômeno da dívida externa dos países atrasados é portanto incompreensível se não está referido ao movimento do capital no seu conjunto e no âmbito de sua própria reprodução: a economia mundial. Que todo este processo apresente características anárquicas, aprofunde os desequilíbrios e tensões que marcam na atualidade o mercado mundial e acumule fatores explosivos, políticos e sociais, pertence precisamente à essência mesma do movimento do próprio capital.

## NOTAS

- (1) Boa parte deste capítulo segue as idéias formuladas em RIEZNIK, Pablo - "La deuda externa de los países atrasados y el capital financiero". Comércio Exterior, México, vol.33, (7), jul.1983.
- (2) Ver CENTRE D'ÉTUDES PROSPECTIVES ET D'INFORMATIONS INTERNATIONALE - Economie mondiale: la montée des tensions. Paris, E.Económica, 1983, p.31.
- (3) COMITÉ DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO DOS ESTADOS UNIDOS - "La deuda internacional, los bancos y la política exterior de Estados Unidos". Comércio Exterior, México, vol.27, (11), nov.1977.
- (4) BACHA, Edmar L. e DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. - "Financial markets: a view from the periphery". Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- (5) GALVEAS, Ernane - Brasil: economia aberta ou fechada? Rio de Janeiro, ANPEC, 1978.
- (6) SAMPAIO, J. e WELLS, John - "Endividamento externo; uma nota para discussão". Estudos CEBRAP, São Paulo, (6), out/dez.1973.
- (7) CARVALHO PEREIRA, José Eduardo - Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966-1973. IPEA/INPES (Informe de Investigação nº 27), 1974.
- (8) BANK OF INTERNATIONAL SETTLEMENTS - Forty-eight annual report. Basilea, 12 de junho de 1978, citado por ASSAEL, Hector - "La internacionalización de las economías latinoamericanas: algunas reservas". Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, (7), abr.1979, p.51.
- (9) WIONCSEK, Miguel - "La deuda externa de los países de menor desarrollo y los eu romercados: un pasado impresionante, un futuro incierto". Comércio Exterior, México, vol.27, (11), nov.1977.
- (10) LICHTENSTEJN, Samuel - "Notas sobre el capital financiero en América Latina". Economía de América Latina, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México, mar.1980.
- (11) MORTIMORE, Michael - "El impacto de las empresas transnacionales sobre el comercio exterior de América Latina". CEPAL, 1980, (mimeo).
- (12) MARINHO, Luiz Cláudio - "Las empresas transnacionales y la modalidad actual de crecimiento económico de América Latina". Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, (13), abr.1981.
- (13) LICHTENSTEJN, Samuel y QUIJANO, José Manuel - "Third World debt and international private banks". IFDA Dossier, mar/abr.1980.

## DÍVIDA EXTERNA: CARÁTER DA SITUAÇÃO ATUAL NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Falar do caráter da situação atual é definir aquilo que é essencial na estrutura do endividamento mundial, considerado como emergente da fase atual pela qual atravessa hoje o mercado capitalista mundial. No "anexo estatístico" que acompanha este trabalho pode-se observar de diversos ângulos a dinâmica evolutiva da dívida externa dos países capitalistas atrasados: o crescimento enorme da capacidade de empréstimo dos bancos internacionais, o peso cada vez mais notório dos serviços financeiros e as conseqüências resultantes do aumento dos juros a partir de 1979. Dada a escassa disponibilidade de dados de conjunto para o período mais recente, muito menos visíveis são alguns dos fenômenos que marcam de uma maneira decisiva o momento atual: o esgotamento dos recursos emprestáveis no mercado bancário e a inversão dos fluxos no movimento do capital no sentido daquilo que, equivocadamente, denomina-se "transferência líquida de capitais" dos países mais pobres aos países mais ricos. Aqui, portanto, consideraremos em particular estas questões, a partir de uma abordagem polêmica em relação aos pontos de vista mais habituais sobre o problema, sobretudo em torno do ponto tão debatido da significação dos altos juros vigentes nos EE.UU. e no sistema bancário credor da imensa maioria dos países devedores. Antes, todavia, vale a pena recolocar o tema no contexto metodológico correto.

### AS GRANDES FASES DO ENDIVIDAMENTO

A recolocação apontada é pertinente porque com inusitada insistência tem-se reiterado a idéia de que a dívida externa é uma espécie de inovação peculiar a certas políticas econômicas do último período (monetarismo) ou de algumas frações das classes dominantes de nossos países. (na Argentina, por exemplo, as "culpas" concentram-se na denominada "pá

tria financeira", cuja liderança atribui-se ao ex-ministro Martinez de Hoz). Não é ocioso, então, reafirmar que o endividamento externo dos países da periferia da economia capitalista mundial nem é um fenômeno novo nem responde, no que diz respeito à natureza do problema, a tal ou qual particularidade nacional de um país determinado. Conforme indicamos no capítulo precedente, o capital-empréstimo e o capital-investimento são as duas modalidades que tomou historicamente a expansão do capitalismo metropolitano na última etapa do seu desenvolvimento, quando completa seu domínio sobre o mercado mundial.

Ao capital bancário coube neste terreno um papel preponderante e pioneiro. Já no século passado, em circunstâncias em que as mais importantes colônias de nosso continente conquistavam sua independência à sombra do então gigantesco império inglês, as finanças britânicas faziam seu próprio trabalho colonizador na América Latina. Em 1850 aproximadamente, 8 bancos ingleses dispunham de 12 escritórios instalados em terra latino-americana. Eles constituíam um elo fundamental nas operações creditícias da época, geralmente voltadas à organização dos grandes empréstimos tomados pelos estados mediante a emissão de títulos públicos. A exportação em massa de capitais a partir das metrópoles ao mundo periférico começara, não obstante, nas três últimas décadas do século 19.

Um economista americano, retomando uma periodização habitual, resumiu, num estudo publicado há pouco tempo, os três períodos que "na história recente foram marcados por importantes expansões das finanças internacionais"<sup>(1)</sup>. O primeiro corresponde aos anos 1870-1914, quando os investimentos externos europeus e americanos elevaram-se de cerca de 8 bilhões de dólares para cerca de 42 bilhões. Por volta de 1914, mais de 1/4 da riqueza nacional britânica estava investido no exterior, e nos anos que precederam a 1ª Guerra Mundial, metade de todos os novos investimentos ingleses era aplicada em títulos de governos estrangei-

ros. Em 1910 as filiais externas dos bancos ingleses tinham subido para um total de 308, com um montante de depósitos da ordem de 135 milhões de libras. Da mesma forma, entre 1892 e 1914 mais da metade de todas as emissões de títulos no mercado de capitais francêss foi destinada aos investimentos externos ou às colônias francesas, sendo que aproximadamente 2/3 desses empréstimos foram feitos a governos estrangeiros. No entanto, os investimentos americanos, praticamente inexistentes antes de 1890, atingiram mais de 3,6 bilhões de dólares por volta de 1914, sendo que 3/4 destes como investimentos e 1/4 em títulos estrangeiros. O segundo movimento importante de expansão financeira internacional ocorreu nos anos 20 e, então, a preponderância americana foi esmagadora: entre 1914 e 1930, mais de 14 bilhões de dólares em apólices estrangeiras foram colocados no mercado estadunidense e foram feitos aproximadamente 5 bilhões de dólares de novos investimentos diretos no exterior. O terceiro movimento realizou-se de uma nova forma: os euromercados. A partir de então - conclui o estudo citado -, desde a metade da década dos sessenta, centenas de bancos de numerosos países participaram da formação e do crescimento do maior mercado de capitais da história, cuja existência e atividades transformaram a economia e a política internacionais.

Este é precisamente o momento no qual surge, com toda sua força, o fenômeno da "privatização" dos fluxos de financiamento numa escala histórica sem precedentes contrapartida da internacionalização planetária do sistema bancário. A magnitude deste fenômeno pode ser observada nos seguintes dados: no longo período que vai de 1918 a 1960, as sucursais bancárias americanas no exterior duplicaram (de 61 a 124); nos quinze anos imediatamente posteriores multiplicaram-se aproximadamente sete vezes e em 1975 existiam quase 900 filiais de bancos estadunidenses no exterior<sup>(2)</sup>. É o retrato da impressionante dimensão alcançada pelo sistema bancário internacional e da não menos impressionante massa de capital movimentada por esta rede planetária, caracterizada sobretudo

pela natureza especulativa de seu desenvolvimento. Os lucros não surgem de um incremento da produção mas da expropriação do lucro dos ramos, setores e países que constituem os elos mais fracos da corrente econômica mundial e, também, da redução dos salários dos trabalhadores, cuja deterioração é um fenômeno internacional. A enorme rentabilidade que registraram os bancos no último período tem como base o tráfico invisível de divisas, o aproveitamento das altas taxas de juros nos diversos mercados, o enorme processo de fuga não contabilizada de capitais, o contrabando (subfaturamento e sobrefaturamento) e as transações subterrâneas (que também não aparecem nas contabilidades nacionais), que marcam na atualidade o conjunto do sistema econômico mundial.

Este é precisamente o quadro no qual se deve analisar o significado da encruzilhada presente, que o endividamento externo expressa como um dos aspectos da crise do mercado mundial capitalista.

#### A DÍVIDA EXTERNA, A CRISE MUNDIAL E OS ALTOS JUROS

Para a grande maioria dos economistas e inclusive representantes dos governos dos países devedores a solução, não apenas para a questão da asfíxiante dívida externa, mas para os problemas decisivos da conjuntura depressiva atual, passa por uma redução das taxas de juros atualmente vigentes no mercado internacional. A baixa dos juros aparece como uma espécie de panacéia para superar a estagnação crônica, permitir a sobrevivência dos países e setores industriais e abrir o caminho de uma reativação generalizada das principais economias do mundo.

É um fato, que não pode ser negado, que os juros confiscatórios atuais aparecem vinculados com a situação de falência de países e ramos inteiros do mercado mundial. Mas isto não significa que sejam a causa des-



sa falência, o que constitui o argumento mais difundido das análises sobre a matéria. Na realidade, se os passivos de todo nível têm se transformado num fator de quebra econômica é porque as dívidas não podem ser saldadas e renovadas com produção e lucros crescentes. E isto não resulta da peculiaridade específica dessa ou daquela política econômica, monetária ou financeira, mas da natureza própria de toda crise no modo capitalista de produção, isto é, crises de excesso de capacidade produtiva em relação à demanda efetiva, crise de superprodução.

Nestas condições, a variante de uma baixa nas taxas de juros não pode por si mesma alterar a situação de superacumulação de capital. O mais provável é que a queda no custo do crédito volte a levar a inflação aos níveis com os quais se defrontaram há alguns anos as principais economias capitalistas. Isto é absolutamente inevitável porque são as taxas de juros elevadas que vêm mantendo uma valorização fictícia do dólar. A sua diminuição provocaria uma fuga para outros ativos financeiros e particularmente para o ouro, como corresponde às épocas de crise monetária, implicando numa desvalorização obrigatória da moeda, que cumpre as funções de dinheiro mundial e, portanto, uma inflação difundida por todos os poros do mercado internacional. A reivindicação generalizada contra a usura internacional, que tende a ganhar os foros de uma unanimidade sem fronteiras, omite sistematicamente que aquilo que está por trás da catástrofe econômica atual são as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que na atualidade têm dado lugar a um processo de profunda desintegração dos mecanismos normais do funcionamento do sistema.

Deve-se esclarecer ademais que a atual estagnação da economia e do comércio mundial emergiu após um longo período de juros baixos e crédito abundante, de moratórias e desconhecimento de dívidas, que se inicia no fim da 2ª Guerra Mundial. A idéia de que os juros baixos são a base mesma da prosperidade não resiste, portanto, à análise mais elemen-

tar da realidade. Não é a passagem de uma longa etapa de financiamento a custos reduzidos aos juros astronômicos atuais a causa da crise presente: pelo contrário, é na crise da economia real que se deve procurar a explicação do caos financeiro atual.

Para compreender isto mais acabadamente é necessário, em primeiro lugar, pôr em relevo a natureza mais geral que existe entre os juros e as diversas fases do ciclo econômico. Neste sentido é bom lembrar que o juro constitui uma dedução do lucro obtido pelo capital no processo de produção, lucro que resulta, por sua vez, da diferença existente entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor menor que, sob a forma de salário, recebe o mesmo trabalhador pela sua atividade. Aquele que empresta, ao ceder seu capital ao capitalista produtivo, permite a este último lucrar com o trabalho alheio, e o custo da cessão temporária de capital (por isto é um empréstimo) é o juro. O juro é a retribuição que recebe o proprietário de um capital em dinheiro pelo direito do capitalista atuante de colocá-lo em funcionamento produtivo. Na aparência temos, do ponto de vista do dono original do capital, dinheiro que produz dinheiro, um valor que se valoriza a si mesmo. Esta aparência resulta do fato de que o proprietário do capital é totalmente estranho ao processo de produção no qual se consoma a exploração do trabalho, única fonte criadora do valor: "no capital que porta juros - dizia Marx - a relação de capital atinge sua forma mais alienada e fetichista".

Ora, sendo o juro uma parte do lucro, é o próprio lucro que determina o nível máximo que aquele pode atingir. Seu limite mínimo, em troca, pode ser tão baixo quanto possível se existe uma escassa demanda de capital de empréstimo face a uma oferta abundante de fundos emprestáveis. Não existe nenhuma lei que determine o nível necessário ou natural do juro fora da concorrência, ou seja, da disponibilidade de capital para emprestar e da procura desse capital, ainda que os fatores que interve

tenham nessa oferta e demanda de crédito sejam de diversa ordem em cada circunstância específica.

Contudo, se se consideram as diversas fases de expansão e contração da economia capitalista, existe uma certa regularidade fundamental no que diz respeito ao movimento das taxas de juros, que acompanham esse movimento: "um baixo nível de juros corresponde aos períodos de prosperidade ou lucros extraordinários, a elevação dos juros corresponde à linha divisória entre a prosperidade e sua inversão, enquanto que o máximo de juros, até o extremo da usura corresponde à crise (...) época na qual é preciso tomar emprestado para pagar custe o que custar" (Marx). É uma situação desta natureza que está na base do processo atualmente em curso, ou seja, do caráter usurário que tem assumido no seu conjunto o sistema de crédito internacional.

Historicamente, no mercado financeiro americano e no sistema privado de crédito internacional as taxas de juros reais mantiveram-se nas últimas décadas em níveis inferiores a 2% no primeiro caso e um pouco mais elevadas no segundo. A situação começa a alterar-se em fins da última década, quando o juro real eleva-se a uma média de 4% no biênio 79/80 e posteriormente a um nível que oscila em torno dos 7% entre 1981 e 1983. Na atualidade, um novo aumento das taxas reais levou as taxas ao patamar elevadíssimo dos 10%. Do ponto de vista da economia mundial, o incremento dos juros coincide com a segunda crise generalizada do pós-guerra, que se inicia precisamente em 1979 (ainda em 1983 o nível da produção industrial dos principais países desenvolvidos era inferior à de quatro anos antes) e após a muito pouco significativa recuperação que se seguiu à depressão também generalizada ocorrida em meados da década passada.

Desta maneira, um fator fundamental na elevação dos custos financeiros é a demanda de crédito, que surgiu para pagar as dívidas que não po-

diam ser saldadas com lucros em elevação, ou seja, para evitar a falência em escala de setores, ramos e países do mundo inteiro. Para as nações atrasadas, um fator que contribuiu para elevar decisivamente a hipoteca que carregam sobre seus ombros foi a grande queda dos preços dos produtos primários e de escassa elaboração que constituem a vigamestra de suas exportações e que naturalmente afetou o fluxo normal de divisas com os quais cumprem suas obrigações com o exterior. No caso, os juros altos atuam como uma verdadeira tesoura, porque de um lado levam as cargas dos débitos financeiros a um nível insustentável e, de outro, estimulam a liquidação de estoques das principais "commodities", puxando para baixo os valores aos quais estão atrelados os balanços de pagamentos dos principais países devedores.

Em todo caso, o que chama a atenção não é o aumento completamente natural das taxas de juros, que se verifica a partir de 1979-80, mas o fato de que um fenômeno similar não tenha sido registrado por ocasião da depressão dos anos 74-75. Tudo indica que nesse momento atuaram dois fatores compensadores: de um lado, a oferta de recursos que os países da OPEP colocaram no mercado financeiro internacional e, de outro lado, a maior oferta de dinheiro provocada pelo gasto estatal expansivo ao qual apelaram os principais países capitalistas a partir da segunda metade do ano 75. A maior oferta de recursos monetários permitiu evitar uma alta dos juros, mas o custo foi uma grande inflação, cuja taxa dobrou nestes anos, nos grandes países metropolitanos, levando posteriormente às políticas restritivas conhecidas como "monetaristas". É absolutamente incorreto supor que estas últimas constituem um polo totalmente antagônico às políticas de tipo expansivo se com isto se omite o fundamental, ou seja, o fato de que umas engendram as outras como resultado das conseqüências que ambas desatam no processo econômico como um todo. De qualquer forma, o que se observa na atualidade é uma notória redução dos fundos no sistema financeiro privado internacional: a disponibilidade líquida de fundos emprestáveis dos bancos "off-

shore" que vinha crescendo a taxas superiores a 20% nos últimos anos apenas aumentou em 8.5% em 1982 e manteve-se estagnada em 1983<sup>(3)</sup>.

Um fator decisivo, na tendência à escalada dos juros, é o risco de insolvência do tomador do empréstimo que, obviamente, se torna mais intenso na mesma medida em que a estagnação produtiva se faz mais duradoura e persistente. Uma vez mais: os custos do crédito refletem a bancarrota econômica. Este é um aspecto dos mais esquecidos em todas as análises da conjuntura atual sendo que ocupa um primeiro plano na estrutura da situação presente. Uma situação na qual o risco não surge apenas da incobrávelidade geral de créditos, que paira sobre todo o sistema financeiro internacional, mas também da natureza fictícia e especulativa da valorização do dólar, que tem permitido a segmentos fundamentais da banca americana sobreviver pela via da receita líquida de capitais, que registra o balanço de pagamentos do país do norte. Como uma porcentagem muito elevada dos fundos captados pelos bancos estadunidenses no período mais recente provém do exterior, a precariedade dos mesmos é simplesmente enorme: a desvalorização do dólar pode dar lugar a uma espécie de esvaziamento geral do sistema. Este "risco cambial", como se denomina no jogo bancário, constitui um dos componentes fundamentais da avaliação dos custos dos novos créditos. Escapa aos limites deste trabalho a pesquisa sobre os riscos e demanda de crédito dos diversos agentes que demandam créditos e que variam para os três grupos fundamentais: as grandes empresas monopólicas dos países industrializados, os países do Leste Europeu e a periferia atrasada do mundo capitalista. Nesta última, de todo modo, é sabido que o custo do serviço de sua dívida externa tem se incrementado não só pelo aumento absoluto dos juros e da já comentada deterioração dos preços de suas exportações, mas também como resultado das fantásticas comissões de todo tipo que os credores reclamam acima das "prime rates" publicamente divulgadas.

## ECONOMIA E POLÍTICA ECONÔMICA

Os aumentos nas taxas de juros não respondem, porém, só e mecanicamente, de uma maneira passiva, às condições de oferta e demanda de crédito determinadas pela evolução do sistema econômico como um todo. Suas flutuações e seu papel, em cada circunstância, estão potenciados ou debilitados pelas relações de força entre os diversos grupos de pressão vinculados ao poder do Estado, e pela sua indiscutível capacidade de influir nas poderosas alavancas da política econômica. Política econômica que, no caso dos países dominantes no mercado mundial, está orientada para descarregar a crise e os custos da reconversão econômica, que esta coloca em pauta, tanto sobre as nações mais pobres como sobre os ombros dos seus próprios trabalhadores e também sobre diversas frações da classe dominante e nações do mesmo centro do sistema capitalista (protecionismo, valorização e desvalorização das moedas, manejo do gasto fiscal etc.).

Neste ponto é necessário destacar, portanto, alguns elementos que conformam o evidente estímulo que a política econômica estadunidense tem dado à sustentação dos juros usurários e da especulação internacional. No plano interno, a manutenção dos elevados juros está associada ao impulso dado à reestruturação de alguns setores industriais que poderiam aguentar o maior custo financeiro à base de uma taxa de lucro superior à média e, ao mesmo tempo, avançar sobre a base da quebra dos setores mais obsoletos e mais endividados, abrindo desta maneira uma nova fase de monopolização e concentração do capital no interior do país. O fato de que na própria equipe econômica do governo Reagan tenham se produzido fricções e choques em torno da questão dos juros evidencia as divisões que marcam a classe dominante dos Estados Unidos em torno de um processo do qual devem resultar perdedores e ganhadores, após a seleção derivada de um jogo tão violento.

No que diz respeito ao plano internacional, o objetivo estratégico é criar condições para uma elevação da rentabilidade dos investimentos do grande capital, o que supõe uma vasta quebradeira econômica, capaz de baratear em profundidade os elementos componentes do próprio capital. Uma ampla ofensiva é necessária, ademais, para ultrapassar as barreiras ainda existentes a uma nova penetração do capital que, como alguns representantes dos países centrais não escondem, deveria levar à privatização de grandes monopólios estatais nos países atrasados (petróleo, mineração em particular) e a uma transferência de grandes ativos fixos ao capital forâneo (capitalização da dívida).

Considerada como um todo, a política americana é a expressão de dois setores particularmente poderosos da burguesia mais desenvolvida do mundo e que concentram o parasitismo peculiar que caracteriza esse mesmo desenvolvimento: o complexo industrial militar e o grande capital financeiro. O primeiro é alimentado por um aumento sem precedentes do gasto estatal (enquanto o financiamento dos serviços sociais e de diversas formas de salário indireto são drasticamente cortados) e o segundo sobrevive tanto sobre a base de uma colossal drenagem de divisas para os EE.UU. como da especulação que promove no mundo. O parasitismo é inerente à indústria bélica porque é praticamente imune à concorrência (trabalha sob encomenda do Pentágono e das agências militares) e sua massa de lucros cresce proporcionalmente à sua ineficiência (os contratos são feitos com uma porcentagem assegurada sobre os custos, que resultam sempre superiores aos previstos). A especulação é, por outro lado, a matéria mesma sobre a qual tem crescido na última década o sistema bancário, como indicamos em diversas partes desta análise.

O belicismo inocultável do governo estadunidense, a conversão da Europa numa colônia militar americana (mediante "pershing" e "cruises") e do mundo periférico numa colônia financeira são a expressão desta política "econômica" e da base social que é específica à sua natureza pecu

liar. Com a dívida externa considerada como tal, em si mesma, não há nenhum problema porque todos sabem que é absolutamente incobrável. O que certamente está em debate na atualidade, nas diversas rodadas de "renegociação do endividamento externo" é, de um lado, qual o montante do trabalho social que sob a forma de superávit comercial será confiscado em função das obrigações existentes e, de outro lado, em que condições (com qual política econômica, com qual atitude perante o capital estrangeiro, com que nível de salários e desvalorização das moedas nacionais) será aceita a perpétua reciclagem do principal, que continuará em aumento. Conforme um estudo recente, se as taxas de juros do mercado internacional caíssem ao nível de 8% nos próximos dois anos, o endividamento externo dos 19 países mais endividados crescerá em torno dos 20% no biênio, porcentagem que sobe para pelo menos uns 25% se as hipóteses dos juros tornam-se mais realistas<sup>(4)</sup>.

Não há um problema econômico, ou melhor ainda, os problemas da economia mundial atual são indissociáveis de uma classe social cujo domínio sobre a comunidade é incompatível com o planejamento científico dos recursos produtivos e do trabalho humano. Se observarmos a escala histórica da crise presente pode se avaliar melhor o caráter das propostas que insistem em que a saída ao impasse dos anos oitenta consiste em alguns pontos a menos nas taxas de juros de um sistema que ameaça arrastar em sua descomposição à própria civilização.



## NOTAS

- (1) Ver FRIEDEN, Jeff - "As finanças internacionais e o Estado". Revista de Economia Política, São Paulo, vol.3(4), dez.1983. Todos os dados são copiados do artigo citado, reproduzido neste parágrafo quase textualmente.
- (2) GOROSTIAGA, Xavier - "Los centros financieros internacionales en los países sub-desarrollados". México, ILET, 1978
- (3) WORLD FINANCIAL MARKETS, Morgan Guaranty Trust, New York (vários números)
- (4) CLINE, William R. - "International debt and the stability of the world economy". Washington, 1983 (mimeo)

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa: Todos os Países(\*)

	(Milhões de Dólares EUA)									
	Anos	72	74	76	77	78	79	80	81	
Saldo da Dívida Acumulada										
- Público	90.735,8	135.851,7	195.386,8	240.083,3	298.752,4	352.278,3	404.714,4	452.493,3		
- Privado	68.219,7	103.784,7	154.559,8	193.104,4	244.697,0	288.945,2	331.400,4	368.658,9		
Transferências Líq. de Capital Financeiro	22.516,1	32.057,0	40.827,0	46.978,9	54.055,4	63.333,1	73.314,0	93.834,4		
- Público	9.385,4	16.894,4	23.823,2	28.312,9	32.827,4	31.914,8	24.463,6	27.179,4		
- Privado	7.131,2	12.943,1	21.539,6	25.035,1	30.433,1	28.913,0	20.980,8	20.673,5		
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	2.254,2	3.951,3	2.283,6	3.277,8	2.394,3	3.001,8	3.482,8	6.505,9		
- Público	21.373,2	36.725,7	49.878,2	61.450,8	80.743,0	94.194,5	94.855,2	109.985,1		
- Privado	14.457,4	25.137,4	38.411,9	47.865,3	64.812,5	74.883,9	72.284,2	79.586,0		
Serviço da Dívida	6.915,8	11.588,3	11.466,3	13.585,5	15.930,5	19.309,6	22.571,0	30.397,0		
- Público	11.987,7	19.831,2	26.054,9	33.137,9	47.915,6	62.279,7	70.391,6	82.803,7		
- Privado	7.326,1	12.194,2	16.872,2	22.830,2	34.379,4	45.971,9	51.303,4	58.912,5		
Amortizações	4.661,6	7.637,0	9.182,7	10.307,7	13.536,2	16.307,8	19.088,2	23.891,2		
- Público	8.550,3	13.197,3	17.023,1	22.025,7	32.413,3	39.749,4	39.713,8	43.267,9		
- Privado	5.013,4	8.016,3	10.254,5	14.524,3	22.751,1	28.990,2	27.872,8	30.270,0		
Juros	3.536,9	5.181,0	6.768,6	7.501,4	9.682,2	10.759,2	11.841,0	12.997,9		
- Público	3.437,4	6.634,0	9.031,8	11.112,2	15.502,3	22.530,3	30.677,8	39.535,8		
- Privado	2.312,7	4.178,0	6.617,7	8.305,9	11.648,3	16.981,7	23.430,6	28.642,5		
	1.124,7	2.456,0	2.414,1	2.806,3	3.854,0	5.548,6	7.247,2	10.893,3		

## Indicadores

Dívida Total/Exportações	133,04	90,01	110,97	114,06	126,84	114,40	..	..
Dívida Total/Produto Bruto	19,35	17,95	20,73	22,55	24,14	23,50	22,66	..
Dívida Líquida/Exportações	86,47	45,68	69,78	72,89	82,06	65,04	..	..
Dívida Líquida/Produto Bruto	12,58	9,11	13,03	14,41	15,62	13,36	13,17	..
Serviço/Exportações	17,58	13,14	14,80	15,74	20,34	20,22	..	..
Serviço/Produto Bruto	2,56	2,62	2,82	3,11	3,87	4,15	3,94	..
Reservas/Dívida Total	35,00	49,25	37,12	36,09	35,31	43,15	41,86	30,19
Reservas/Importações	40,16	39,01	34,69	35,00	36,49	41,88	..	..

FONTE DOS DADOS: World Debt Tables, First Supplement, 1983 - The World Bank.

(\*) "Países em Desenvolvimento", endividados, listados pelo Banco Mundial (total de 98 países).

TABELA 2 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa

Anos	72
Saldo da Dívida Acumulada	37.113,1
- Público	22.136,3
- Privado	14.976,8
Transferências Líq. de Capital Financeiro	4.205,4
- Público	2.888,9
- Privado	1.316,5
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	10.130,1
- Público	5.964,5
- Privado	4.165,6
Serviço da Dívida	5.924,7
- Público	3.075,6
- Privado	2.849,1
Amortizações	4.191,6
- Público	2.100,9
- Privado	2.090,7
Juros	1.733,0
- Público	974,6
- Privado	758,4
Dívida Total/Exportações	164,60
Dívida Total/Produto Bruto	19,24
Dívida Líquida/Exportações	117,83
Dívida Líquida/Produto Bruto	13,77
Serviço/Exportações	26,28
Serviço/Produto Bruto	3,07
Reservas/Dívida Total	28,41
Reservas/Importações	46,77

na: Países da América Latina e do Caribe

(Milhões de Dólares EUA)

74	76	77	78	79	80	81
57.506,7	82.803,3	100.594,4	125.070,9	146.574,5	168.568,1	203.497,7
37.046,6	58.428,3	73.389,1	94.663,8	112.121,5	127.006,5	145.427,0
20.460,1	24.375,0	27.205,3	30.407,1	34.453,0	41.561,6	58.070,7
8.342,6	9.545,1	10.547,9	12.548,8	10.261,2	4.826,4	11.959,1
5.915,8	9.003,2	9.457,6	12.330,6	9.394,0	2.408,6	5.362,0
2.426,8	541,9	1.090,3	218,2	867,2	2.417,8	6.597,1
18.811,3	23.172,6	28.061,6	38.717,7	44.203,8	42.238,2	56.003,6
11.464,6	17.081,0	20.954,8	30.699,1	34.392,3	29.263,5	34.795,2
7.346,7	6.091,6	7.106,8	8.018,6	9.811,5	12.974,7	21.208,4
10.468,8	13.627,6	17.513,7	26.169,0	33.942,6	37.411,8	44.044,5
5.548,9	8.077,9	11.497,2	18.368,6	24.998,3	26.854,9	29.433,2
4.919,9	5.549,7	6.016,5	7.800,4	8.944,3	10.556,9	14.611,3
6.645,5	8.690,4	11.615,6	17.762,6	21.552,0	20.261,4	21.378,4
3.469,1	4.710,6	7.355,1	12.303,2	15.962,0	18.079,1	13.911,3
3.176,4	3.979,8	4.260,5	5.459,4	5.580,6	6.182,3	7.467,1
3.823,3	4.937,2	5.898,1	8.406,3	12.390,6	17.150,4	22.666,1
2.079,8	3.367,3	4.142,1	6.065,3	9.036,3	12.775,8	15.521,9
1.743,5	1.569,9	1.796,0	2.341,0	3.354,3	4.374,6	7.144,2

Indicadores

116,83	155,13	160,55	178,09	156,12	137,75	..
17,67	20,46	23,20	24,70	23,18	21,44	..
71,45	106,21	109,88	120,35	96,15	91,09	..
10,81	14,01	15,88	16,69	14,28	14,18	..
21,27	25,53	27,95	37,26	36,15	30,57	..
3,22	3,37	4,04	5,17	5,37	4,76	..
38,84	31,53	31,56	32,42	38,42	33,87	..
45,38	48,92	50,67	57,74	59,98	46,66	..

TABELA 3 - Dívida Externa: Países Importadores de Petróleo de Renda Média (\*)

Anos	(Milhões de Dólares EUA)									
	72	74	76	77	78	79	80	81		
Saldo da Dívida Acumulada	48.905,9	73.148,4	101.262,0	123.683,4	157.201,1	191.768,2	223.541,0	259.511,3		
- Público	33.031,0	49.984,7	71.769,5	89.060,0	116.075,5	142.852,0	168.289,4	188.438,2		
- Privado	15.874,9	23.163,7	29.492,5	34.623,4	41.125,6	48.916,2	55.251,6	71.073,1		
Transferências Líq. de Capital Financeiro	6.246,7	9.167,2	11.233,9	13.851,9	18.368,5	20.493,4	14.170,8	16.916,7		
- Público	4.210,5	6.010,3	9.506,6	10.813,8	15.616,9	18.147,4	12.859,8	9.984,0		
- Privado	2.036,2	3.156,9	1.727,3	3.038,1	2.751,6	2.346,0	1.331,0	6.932,7		
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	13.438,2	21.140,8	26.648,2	32.609,4	46.252,6	55.325,3	54.955,4	65.887,5		
- Público	8.135,4	12.386,2	18.221,4	22.131,5	33.192,0	40.412,7	38.957,4	41.265,0		
- Privado	5.302,8	8.754,6	8.426,8	10.477,9	13.060,6	14.912,6	15.998,0	24.622,5		
Serviço da Dívida	7.191,5	11.973,6	15.414,3	18.757,5	27.884,2	34.831,9	40.784,6	48.970,8		
- Público	3.924,9	6.575,9	8.714,8	11.317,7	17.575,2	22.265,3	26.117,6	31.281,0		
- Privado	3.266,6	5.597,7	6.699,5	7.439,8	10.309,0	12.586,6	14.667,0	17.689,8		
Amortizações	5.083,8	7.798,3	10.165,0	12.457,0	18.811,6	21.636,7	22.476,2	25.095,7		
- Público	2.651,8	4.078,0	5.202,2	7.049,0	11.430,0	13.300,5	13.358,6	15.342,8		
- Privado	2.432,0	3.720,3	4.962,8	5.408,0	7.381,6	8.246,2	9.118,1	9.752,9		
Juros	2.107,6	4.175,3	5.249,3	6.300,5	9.072,6	13.195,2	18.308,4	23.875,1		
- Público	1.273,0	2.297,9	3.512,6	4.268,7	6.145,2	8.874,8	12.759,5	15.938,2		
- Privado	834,6	1.877,4	1.736,7	2.031,8	2.927,4	4.320,4	5.548,9	7.936,9		

Indicadores

Dívida Total/Exportações	120,08	91,60	105,76	109,51	115,45	113,54	111,05	..
Dívida Total/Produto Bruto	20,21	17,95	19,79	21,17	22,95	22,64	23,47	..
Dívida Líquida/Exportações	68,21	46,02	64,46	64,41	67,44	60,76	64,98	..
Dívida Líquida/Produto Bruto	11,48	9,02	12,08	12,93	13,41	12,12	13,73	..
Serviço/Exportações	17,66	14,99	16,10	16,00	20,48	20,62	20,26	..
Serviço/Produto Bruto	2,97	2,94	3,01	3,21	4,07	4,11	4,28	..
Reservas/Dívida Total	43,20	49,76	38,95	38,95	41,59	46,49	41,49	..
Reservas/Importações	45,05	35,69	33,79	34,70	39,91	42,24	35,90	..

FORNTE: "World Bank Tables", World Bank.

(\*) Argentina, Bahamas, Barbados, Bolívia, Botswana, Brasil, Camarão, Chile, Chipre, Colômbia, Coréia, Costa do Marfim, Costa Rica, Djibouti, Dominicana/República, El Salvador, Fiji, Filipinas, Grécia, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Hong Kong, Ilhas Salomão, Israel, Iugoslávia, Jamaica, Jordânia, Kenia, Lesoto, Líbano, Libéria, Malta, Marrocos, Mauritâni a, Mauritius, Nicarágua, Panamá, Papua, Nova Guiné, Paraguai, Portugal, Samoa Oriental, Senegal, Seychelles, Singapura, Suíça, Tailândia, Turquia, Uruguai, Yemen/República Árabe do, Yemen/República Democrática Popular do, Zâmbia, Zimbábwe.

TABELA 4 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa

Anos	72
Saldo da Dívida Acumulada	59.262,9
- Público	44.017,2
- Privado	15.245,7
Transferências Líq. de Capital Financeiro	6.956,0
- Público	4.669,1
- Privado	2.286,9
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	14.757,7
- Público	9.461,8
- Privado	5.295,9
Serviço da Dívida	7.801,6
- Público	4.792,6
- Privado	3.009,0
Amortizações	5.603,7
- Público	3.311,0
- Privado	2.292,7
Juros	2.198,0
- Público	1.481,7
- Privado	716,3
<hr/>	
Dívida Total/Exportações	178,86
Dívida Total/Produto Bruto	20,12
Dívida Líquida/Exportações	132,94
Dívida Líquida/Produto Bruto	14,98
Serviço/Exportações	23,51
Serviço/Produto Bruto	2,65
Reservas/Dívida Total	25,56
Reservas/Importações	38,55

FONTE: "World Bank Tables", World Bank.

(\*) Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia

na: Treze Principais Países Endividados (\*)

(Milhões de Dólares EUA)

74	76	77	78	79	80	81
89.052,5	128.627,7	156.251,4	195.051,9	228.989,0	260.112,2	299.692,1
66.515,0	99.921,8	122.663,7	155.315,6	182.116,2	205.572,2	227.435,5
22.537,5	28.805,9	33.587,7	39.736,3	46.872,8	54.540,0	72.256,6
10.545,2	15.971,6	16.663,0	20.794,0	18.208,3	10.359,3	15.516,0
7.687,3	14.254,7	13.862,5	18.328,9	16.276,2	7.921,7	9.031,2
2.857,9	1.716,9	2.800,5	2.465,1	1.932,1	2.437,6	6.484,8
24.112,4	33.550,6	39.890,3	53.427,4	62.775,0	59.745,5	73.627,3
15.719,4	25.571,0	29.833,9	41.969,0	49.013,5	43.609,8	49.548,7
8.393,0	7.979,6	10.056,4	11.458,4	13.734,5	16.135,7	24.078,6
13.567,2	17.579,1	23.227,3	32.633,4	44.566,7	49.386,1	58.111,3
8.032,1	11.316,4	15.971,4	23.640,1	32.755,3	35.688,0	40.517,5
5.535,1	6.262,7	7.255,9	8.993,3	11.811,4	13.698,1	17.593,8
8.958,5	11.280,3	15.544,3	21.931,8	28.826,7	27.940,2	29.700,3
5.233,1	6.764,1	10.248,6	15.716,8	21.117,6	19.636,4	20.667,1
3.725,4	4.516,2	5.295,7	6.215,0	7.709,1	8.303,8	9.033,2
4.608,8	6.298,8	7.683,0	10.701,6	15.740,0	21.445,9	28.410,9
2.799,1	4.552,3	5.722,8	7.923,3	11.637,7	16.051,6	19.850,3
1.809,7	1.746,5	1.950,2	2.778,3	4.102,3	5.394,3	8.560,6

Indicadores

119,40	145,66	148,40	161,82	146,90	..	..
18,09	20,97	22,88	24,39	23,48	22,52	..
79,05	105,25	106,85	115,52	98,52	..	..
11,98	15,15	16,48	17,41	15,74	15,65	..
18,19	19,91	22,06	27,07	28,59	..	..
2,76	2,87	3,40	4,08	4,57	4,28	..
33,80	27,74	27,99	28,61	32,94	30,49	22,66
34,15	33,78	35,07	37,22	39,59	..	..

, Indonésia, Israel, Coréia, México, Turquia, Venezuela e Iugoslávia.



TABELA 5 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa

Anos	72
Saldo da Dívida Acumulada	9.978,6
- Público	5.739,8
- Privado	4.238,8
Transferências Líq. de Capital Financeiro	1.567,0
- Público	1.517,8
- Privado	..
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	(1) 3.112,0
- Público	2.155,9
- Privado	..
Serviço da Dívida	1.545,0
- Público	638,2
- Privado	..
Amortizações	(2) 1.190,0
- Público	417,4
- Privado	..
Juros	(1) 355,0
- Público	220,7
- Privado	..

Dívida Total/Exportações	221,35
Dívida Total/Produto Bruto	16,22
Dívida Líquida/Exportações	127,76
Dívida Líquida/Produto Bruto	9,36
Serviço/Exportações	..
Serviço/Produto Bruto	..
Reservas/Dívida Total	42,28
Reservas/Importações	68,00

FONTE: "World Bank Tables", World Bank.

(1) Dado do BC do Brasil, Relatório Anual 1972, v.9,

(2) Dado do BC do Brasil, Boletim do BCB, Abr. 1973,

a: Brasil

(Milhões de Dólares EUA)

74	76	77	78	79	80	81
19.113,5	28.776,0	35.119,1	46.465,5	51.482,6	55.756,0	63.612,5
10.931,6	17.642,7	22.113,3	30.313,7	35.618,5	39.150,7	43.820,9
8.181,9	11.133,3	13.005,8	16.151,8	15.864,1	16.605,3	19.971,6
4.682,4	3.978,1	3.812,5	6.355,3	829,0	- 2.526,0	189,9
-2.530,4	2.934,1	2.769,4	5.149,1	2.990,2	- 616,1	390,4
2.152,0	1.044,0	1.043,1	1.206,2	- 2.161,2	- 1.909,9	- 200,5
8.072,0	8.216,6	9.508,8	14.673,4	12.086,3	10.597,9	15.058,7
3.755,0	4.978,0	5.648,1	9.625,3	9.510,5	7.406,3	8.997,3
4.317,0	3.238,6	3.860,7	5.048,1	2.575,8	3.191,6	6.061,4
3.389,7	4.238,5	5.696,3	8.318,1	11.257,3	13.123,9	14.868,8
1.224,7	2.043,9	2.878,7	4.476,2	6.580,3	8.022,4	8.606,9
2.165,0	2.194,6	2.817,6	3.841,9	4.737,0	5.101,5	6.261,9
1.918,7	2.520,9	3.664,0	5.191,1	6.507,5	6.793,2	7.090,8
633,7	1.083,8	1.675,8	2.628,1	3.599,8	3.823,3	3.619,1
1.285,0	1.437,1	1.988,2	2.563,0	2.907,7	2.969,9	3.471,7
1.471,0	1.717,6	2.052,3	3.127,0	4.749,8	6.330,6	7.777,9
591,0	960,1	1.202,9	1.848,1	2.920,5	4.199,0	4.987,7
880,0	757,5	829,4	1.278,9	1.829,3	2.131,6	2.790,2

Indicadores

203,96	254,84	259,93	335,22	286,11	239,39	235,66
17,67	18,55	20,01	24,02	22,83	23,14	23,20
145,67	195,79	204,85	250,90	231,44	209,87	207,95
12,62	14,25	15,77	17,98	18,47	20,29	20,47
36,17	37,54	42,16	57,53	62,56	56,35	55,08
3,13	2,73	3,24	4,12	4,99	5,45	5,42
28,58	23,17	21,19	25,15	19,11	12,33	11,76
32,26	37,35	39,98	56,54	34,55	18,96	19,22

nº 3, mar. 1973, p.166.

v.9, nº 4, p. 175.

TABELA 6 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa: México (Em Milhões de Dólares EUA)

	75	76	77	78	79	80	81
Saldo da Dívida Acumulada (Público + Privado) a)	17.265,0	22.708,0	29.338,3	33.416,2	39.146,9	48.820,2	67.864,1
- Público b)	-	-	22.912,0	26.264,0	29.757,0	33.813,0	48.700,0
- Privado b)	-	6.293,1	6.426,3	7.152,2	9.389,9	15.007,2	19.164,1
Transfer. Líquidas de Cap. Financeiro	3.586,1	2.310,2	(1.634,4)	(419,5)	442,7	3.326,4	8.544,1
Empréstimos e Financ. (Desemb. Efet.) c)	5.504,0	6.104,7	5.203,6	8.440,0	11.312,6	12.307,8	23.055,1
Serviço da Dívida	1.917,9	3.794,5	6.838,0	8.859,5	10.869,9	8.981,4	14.511,0
Amortizações c)	832,9	2.119,6	4.859,0	6.283,8	7.131,4	3.551,3	6.306,5
Juros c)	1.094,0	1.674,9	1.979,0	2.575,7	3.738,5	5.430,1	8.204,5

Indicadores

Dívida Total b)/Exportações c)	-	-	376,51	311,05	259,37	207,47	237,55
Dívida Total b)/Produto Bruto d)	-	-	-	-	-	-	46,52
Dívida Líquida a) b)/Exportações c)	-	-	351,64	289,92	238,91	189,72	220,15
Dívida Líquida a) b)/Produto Bruto d)	-	-	-	-	-	-	43,11
Serviço c)/Exportações c)	31,62	55,48	87,75	82,47	72,20	38,17	50,79
Serviço c)/Produto Bruto d)	-	-	-	-	-	-	9,95
Reservas a)/Dívida Total b)	-	-	6,61	6,79	7,89	8,55	7,32
Reservas a)/Importações c)	-	16,94	25,28	20,02	18,47	16,48	15,31

FONTE DOS DADOS: a) "World Debt Tables" - 1982-83 Edition

b) "Economia de America Latina" - CIDE - 83 nº 10

c) "CEPAL"

d) "World Development Report" - 1982 (PIB de 80 é US\$ 145,882 milhões)

Notas: - Os "Empréstimos e Financiamentos" incluem os empréstimos recebidos do setor oficial, bancos comerciais, e demais setores, acrescido do montante de capital a curto prazo quando este for positivo.

- As "Amortizações" incluem as amortizações efetuadas pelo setor oficial, bancos comerciais e demais setores, acrescido do montante do capital a curto prazo quando este for negativo.

TABELA 7 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa da Argentina (Em Milhões de Dólares dos EUA)

	75	76	77	78	79	80	81
Saldo da Dívida Acumulada							
a)							
b) - Público b)	7.875,0	8.279,0	9.678,0	9.850,0	13.996,2	16.779,8	22.671,7
- Privado b)		5.189,0	6.044,0	12.496,0	19.034,0	27.163,0	35.671,0
Transferência Líquida de Capital Financ.	(184,6)	231,3	1,0	672,8	2.671,8	(775,1)	(3.652,0)
Empréstimos e Financ. (Desemb.Efet. c)	959,1	1.818,4	1.321,8	3.916,8	4.784,0	4.830,3	9.186,1
Serviço da Dívida	1.143,7	1.587,1	1.320,8	3.244,0	2.112,2	5.605,4	12.838,1
Amortizações c)	676,3	1.076,6	820,7	2.523,9	937,4	3.450,1	9.403,2
Juros c)	467,4	514,5	500,1	720,1	1.174,8	2.175,3	3.434,9

## Indicadores

Dívida Total b)/Exportações c)	225,13	179,63	146,91	166,94	207,39	274,63	329,05
Dívida Total b)/Produto Bruto d)	-	-	-	-	-	-	53,88
Dívida Líquida b)/Exportações c)	206,26	140,32	89,60	86,20	93,20	196,94	293,29
Dívida Líquida b)/Produto Bruto d)	-	-	-	-	-	-	48,03
Serviço c)/Exportações c)	32,70	34,44	20,05	43,34	23,01	56,67	118,43
Serviço c)/Produto Bruto d)							19,39
Reservas b)/Dívida Total b)	7,87	21,89	41,73	48,31	55,06	28,28	10,67
Reservas b)/Importações c)	14,34	52,21	85,71	121,70	119,47	58,73	33,63

FONTES DOS DADOS: a) "World Debt Tables" - 1982-83 Edition

b) "Economía de América Latina" - CIDE - 83 nº 10

c) "CEPAL"

d) "World Development Report" - 1982 (PIB de 80 é US\$ 66.203,00 milhões)

Nota: - Os "Empréstimos e Financiamentos" incluem os empréstimos recebidos do setor oficial, bancos comerciais, e demais setores, acrescidos do montante de capitais a curto prazo quando este for positivo.

- As "Amortizações" incluem as amortizações efetuadas pelo setor oficial, bancos comerciais e demais setores, acrescido do montante de capital a curto prazo quando este for negativo.

TABELA 8 - Fluxos Financeiros e Dívida Externa: Coreia

Anos	(Milhões de Dólares EUA)									
	72	74	76	77	78	79	80	81		
Saldo da Dívida Acumulada										
- Público	3.088,4	4.724,6	7.253,3	9.026,4	11.747,3	14.304,7	16.704,5	20.652,0		
- Privado	2.888,2	4.357,2	6.815,4	8.593,5	11.360,7	13.930,8	16.273,9	19.964,4		
Transferências Líq. de Capital Financeiro										
- Público	200,2	367,4	437,9	432,9	386,6	373,9	430,6	687,6		
- Privado	420,3	687,3	834,8	956,6	1.476,7	2.002,1	799,4	2.646,0		
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)										
- Público	404,7	629,0	847,0	1.004,1	1.558,6	2.054,6	786,4	2.489,5		
- Privado	15,6	58,3	- 12,2	- 47,5	- 81,9	- 52,5	13,0	- 156,5		
- Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	852,7	1.276,8	1.816,4	2.244,5	3.406,8	4.674,4	3.655,3	6.421,5		
- Público	811,7	1.178,6	1.755,7	2.205,3	3.383,1	4.632,2	3.548,3	6.086,9		
- Privado	41,0	98,2	60,7	39,2	23,7	42,2	107,0	334,6		
Serviço da Dívida										
- Público	432,5	589,4	981,6	1.287,8	1.930,1	2.672,3	2.855,9	3.775,5		
- Privado	407,1	549,5	908,7	1.201,1	1.824,5	2.577,6	2.761,9	3.597,4		
Amortizações										
- Público	25,4	39,9	72,9	86,7	105,6	94,7	94,0	178,1		
- Privado	281,0	368,2	558,6	790,2	1.238,0	1.742,3	1.502,5	1.897,9		
Juros										
- Público	269,0	353,4	517,2	745,6	1.167,6	1.687,3	1.451,9	1.820,4		
- Privado	12,0	14,8	41,4	44,6	70,4	55,0	50,6	77,5		
Reservas/Dívida Total	151,5	221,2	423,0	497,6	692,1	930,0	1.353,4	1.877,5		
Reservas/Importações	138,1	196,1	391,5	455,5	656,9	890,3	1.310,0	1.776,9		
	13,4	25,1	31,5	42,1	35,2	39,7	43,4	100,6		

## Indicadores

Dívida Total/Exportações	138,74	88,26	76,63	69,11	68,60	73,27	73,96	74,89
Dívida Total/Produto Bruto	30,12	25,80	26,45	25,67	24,81	23,81	29,56	32,58
Dívida Líquida/Exportações	114,93	82,69	55,66	46,21	52,10	57,34	60,23	64,73
Dívida Líquida/Produto Bruto	24,95	24,17	19,21	17,16	18,84	18,64	24,08	28,17
Serviço/Exportações	19,43	11,01	10,37	9,86	11,27	13,69	12,64	13,69
Serviço/Produto Bruto	4,22	3,22	3,58	3,66	4,08	4,45	5,05	5,96
Reservas/Dívida Total	17,16	6,31	27,37	33,14	24,06	21,74	18,56	13,57
Reservas/Importações	19,18	3,92	19,62	22,54	15,15	12,89	10,93	8,61

FONTE: "World Bank Tables", World Bank.

TABELA 9 - Fluxos Financeiros e Dívida Exter

Anos	72
Saldo da Dívida Acumulada	-
- Público	9.767,1
- Privado	
Transferências Líq. de Capital Financeiro	-
- Público	229,8
- Privado	
Empr. e Financiam. (Desembolso Efetivo)	-
- Público	845,8
- Privado	
Serviço da Dívida	-
- Público	616,0
- Privado	
Amortizações	-
- Público	374,4
- Privado	
Juros	-
- Público	241,6
- Privado	-

Dívida Total/Exportações	
Dívida Total/Produto Bruto	
Dívida Líquida/Exportações	
Dívida Líquida/Produto Bruto	
Serviço/Exportações	
Serviço/Produto Bruto	
Reservas/Dívida Total	
Reservas/Importações	

FONTE: "World Bank Tables", World Bank

na: Índia

(Milhões de Dólares EUA)

74	76	77	78	79	80	81
11.588,6	13.379,7	14.648,8	15.486,3	15.709,5	17.471,4	18.053,2
11.465,8	13.275,1	14.540,2	15.354,2	15.594,8	17.361,3	17.902,8
122,8	104,6	108,6	132,1	114,7	110,1	150,4
677,3	761,6	336,4	247,4	128,2	1.475,0	1.072,2
704,7	767,3	347,1	235,4	151,7	1.481,9	1.023,0
- 27,4	- 5,7	- 10,7	12,0	- 23,5	- 6,9	- 49,2
1.460,4	1.549,7	1.183,7	1.217,1	1.180,4	2.504,5	2.104,5
1.442,4	1.519,2	1.160,8	1.172,4	1.166,9	2.480,7	2.023,0
18,0	30,5	22,9	44,7	13,5	23,8	81,5
783,1	788,1	847,4	969,8	1.052,1	1.029,5	1.032,4
737,7	751,9	813,8	937,1	1.015,1	998,8	1.000,1
45,4	36,2	33,6	32,7	37,0	30,7	32,3
521,5	520,6	554,2	621,6	667,7	660,4	632,1
484,5	491,1	527,2	595,0	639,7	636,1	606,2
37,0	29,5	27,0	26,2	28,0	24,3	25,9
261,6	267,5	293,2	348,5	384,5	369,1	400,3
253,2	260,8	286,6	342,0	375,5	362,7	393,9
8,4	6,7	6,6	6,5	9,0	6,4	6,4

Indicadores

257,47	183,13	166,94	159,73	152,34	..	..
13,34	14,89	13,94	13,03	11,94	10,97	11,14
205,83	132,09	97,59	73,96	32,81	..	..
10,66	10,74	8,15	6,03	2,96	3,43	6,14
17,40	10,79	9,66	10,00	8,86	..	..
0,90	0,88	0,81	0,82	0,80	0,65	0,64
20,05	27,87	41,54	53,70	75,21	68,74	44,92
43,16	60,95	86,62	87,93	95,10	..	..

TABELA 10 - Custos e Condições do Endividamento (Segundo o Tipo de Crédito)

	Todos os Créditos			Créditos Oficiais			Créditos Privados					
	Juros (%)	Matu-rida-de (Anos)	Ca-ren-cia (Anos)	Grant Ele-ment (%)	Juros (%)	Matu-rida-de (Anos)	Ca-ren-cia (Anos)	Grant Ele-ment (%)	Juros (%)	Matu-rida-de (Anos)	Ca-ren-cia (Anos)	Grant Ele-ment (%)
Todos os Países	72 5,6	18,0	5,0	27,7	4,3	25,4	6,7	41,5	7,3	9,2	2,9	11,1
	77 6,8	14,5	4,5	18,6	5,2	22,7	6,3	33,8	8,1	8,0	3,2	6,9
	81 11,7	13,8	4,3	(3,6)	6,7	21,9	5,6	24,0	14,7	8,9	3,5	(20,5)
Países Importadores de Petróleo de Renda Média	72 5,2	16,7	5,0	23,3	5,2	23,1	6,5	33,9	7,3	9,4	3,2	11,4
	77 7,5	13,4	4,3	14,1	6,4	20,6	6,2	24,7	8,2	8,5	3,0	6,7
	81 12,2	13,0	4,1	(7,9)	7,6	18,2	5,0	14,8	15,1	9,8	3,5	(22,2)
Países da América-Latina e do Caribe	72 6,9	13,0	3,4	15,7	6,0	20,1	5,3	26,1	7,5	8,5	2,3	9,3
	77 8,0	9,2	3,6	8,6	7,0	17,3	4,4	18,5	8,2	7,3	3,4	6,2
	81 14,0	10,2	3,7	(6,3)	7,8	16,2	3,9	13,3	15,9	8,4	3,7	(25,2)
Treze Principais Países Endividados	72 5,9	17,4	4,9	25,4	4,5	25,4	6,8	39,6	7,3	9,4	3,1	11,1
	77 7,2	13,1	4,5	15,5	5,6	22,6	6,4	31,5	8,1	7,9	3,3	6,7
	81 12,6	12,8	4,1	(8,8)	7,8	21,4	5,4	16,2	14,7	9,6	3,5	(9,9)
Brasil	72 7,2	12,9	3,6	13,6	6,8	19,5	5,3	19,7	7,4	8,4	2,5	9,6
	77 8,3	9,9	3,7	7,6	8,0	15,9	4,1	10,9	8,4	8,4	3,6	6,9
	81 14,6	9,9	3,2	(9,8)	7,8	13,9	2,9	12,3	16,4	8,9	3,3	(28,4)
México	72 6,9	13,9	3,5	14,9	6,7	20,2	4,6	20,1	7,0	10,5	2,9	12,3
	77 8,2	6,7	3,7	5,5	8,1	13,0	3,0	7,9	8,2	6,4	3,8	5,4
	81 15,1	7,8	4,1	(21,0)	8,9	14,8	3,7	5,1	16,1	6,6	4,2	(25,4)
Argentina	72 8,4	8,1	1,8	5,7	7,6	14,9	4,6	13,3	8,6	6,3	1,0	3,6
	77 7,9	10,0	2,6	8,0	8,1	13,8	3,2	8,4	7,8	8,6	2,4	7,8
	81 12,2	13,8	4,5	10,4	9,2	16,0	3,8	4,0	13,0	13,3	4,7	(3,8)
Coreia	72 5,5	22,4	5,9	31,7	4,5	28,8	7,5	42,8	7,6	9,7	2,9	9,5
	77 8,2	12,4	4,2	8,8	7,9	18,3	5,9	13,0	8,3	9,7	3,5	6,8
	81 12,2	13,7	4,3	(7,9)	8,4	15,3	4,1	9,0	13,6	13,1	4,4	(4,1)
Índia	72 1,8	35,4	8,1	67,1	1,4	37,4	8,5	71,4	5,9	13,3	3,8	21,0
	77 2,5	36,7	8,6	62,9	2,5	36,7	8,6	63,0	6,3	10,9	1,5	15,1
	81 4,2	35,5	7,9	50,2	3,8	37,1	8,2	53,9	11,1	9,1	2,4	(6,5)
Iugoslávia	72 6,7	12,0	3,5	15,4	6,3	13,1	3,7	17,8	7,3	10,4	3,2	12,0
	77 7,3	15,2	3,4	14,7	7,2	15,5	3,3	15,0	8,6	10,1	6,9	6,7
	81 13,1	11,3	4,0	(8,8)	10,9	13,1	4,3	1,5	18,4	7,0	3,0	(33,4)
Indonésia	72 5,0	22,0	5,9	38,6	2,2	33,8	9,1	64,0	9,0	5,3	1,4	2,6
	77 6,3	20,5	5,2	26,5	5,6	23,8	6,5	32,9	8,7	9,1	0,7	4,2
	81 8,9	15,5	4,3	6,1	7,9	20,8	5,7	14,0	9,8	10,7	3,0	(1,0)
Argélia	72 6,2	9,6	3,1	16,5	4,2	15,1	3,6	32,0	7,0	7,6	3,0	10,8
	77 7,9	9,8	3,5	8,5	8,1	15,2	4,1	9,0	7,8	8,7	3,2	8,4
	81 9,8	13,4	3,8	(0,5)	8,2	19,5	6,0	10,7	10,0	12,7	3,5	(1,7)

FONTE: "World Bank Tables", World Bank.

Nota: "Grant Element" expresso como uma porcentagem da quantia desembolsada. É o valor (presente) desembolsado do empréstimo menos o valor presente descontado de seu serviço de dívida contratual a uma taxa de 10%. Con- vencionalmente os empréstimos com um "grant element" igual ou superior a 25% são definidos como concessio- nais.



TABELA 11 - Fluxos financeiros e dívida externa: taxas médias de crescimento (Períodos selecionados)

(US\$ correntes)

GRUPOS DE PAÍSES	IMPORIADORES DE PETRÓLEO DE RENDIA MÉDIA																				
	TODOS OS PAÍSES			AMÉRICA LATINA E CARIBE			1972/76			1976/78			1978/80			1979/81					
	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	
PERÍODOS	21.1	23.7	16.4	13.3	22.2	22.9	16.1	17.8	20.0	24.6	19.2	16.3	21.4	23.1	15.5	14.4	23.1	26.2	23.0	12.9	14.2
Saldo da dívida acumulada	25.2	17.4	(13.7)	(14.8)	22.7	14.7	38.5	8.0	15.8	27.9	(12.2)	(9.4)	23.1	-14.1	(29.4)	(7.7)					
Transferência líquida de capital financeiro	23.6	27.2	21.2	8.1	23.0	29.3	4.5	47.4	18.7	31.7	9.0	9.1	22.8	26.2	5.7	8.3					
Empréstimos e financiamentos	21.4	35.6	21.2	15.3	23.2	39.6	19.6	13.9	21.0	34.5	20.9	18.6	22.5	35.2	23.0	14.2					
Serviço da dívida	18.8	38.0	10.7	8.9	20.0	43.0	6.8	(0.4)	18.9	36.0	19.5	7.7	19.1	39.4	12.9	1.5					
Amortizações	27.3	31.0	40.7	32.5	29.9	30.5	42.8	35.3	25.6	31.5	42.1	34.5	69.3	30.3	41.6	34.4					
Juros																					

FONTE: "World Debt Tables", World Bank

TABELA II (Continuação)

(US\$ correntes)

PAÍSES	ARGENTINA				BRASIL				CORÉIA			
	1975/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81	1972/76	1976/78	1978/80	1979/81
PERÍODOS												
Saldo da dívida acumulada	5.1	22.9	47.4	36.9	30.3	27.1	20.0	11.2	23.8	27.3	19.2	20.2
Transferência líquida de capital financeiro	(225.3)	70.6	(246.7)	(253.8)	26.2	59.8	(118.2)	(52.1)	18.7	33.0	(26.4)	15.0
Empréstimos e financiamentos	89.6	46.8	11.1	38.6	27.5	33.6	(15.0)	11.6	20.8	37.0	3.6	17.2
Serviço da dívida	38.8	43.0	31.5	246.5	28.7	40.1	25.6	14.9	22.7	40.2	21.6	18.9
Amortizações	59.2	53.1	16.6	316.7	20.6	43.5	14.4	4.4	20.3	45.0	10.2	4.4
Juros	10.1	18.3	73.8	71.0	48.3	34.9	42.3	28.0	67.1	27.9	39.8	42.1

FONTE: World Debt Tables, World Bank

TABELA 11 (Continuação)

PAÍSES
PERÍODOS
Saldo da dívida acumulada
Transferência líquida de capital financeiro
Empréstimos e financiamentos
Serviço da dívida
Amortizações
Juros

FONTE: World Debt Tables, World Bank

\* Só 1977/78.

(US\$ correntes)

ÍNDIA				MÉXICO			
1974/75	1976/78	1978/80	1979/81	1975/76	1976/78	1978/80	1979/81
7.5	7.6	6.2	7.2	-	13.9*	20.9	31.7
6.0	(43.0)	244.1	289.2	(35.6)	(108.7)	(298.8)	439.3
3.0	(11.4)	43.4	33.5	10.9	17.6	20.8	42.8
0.3	23.1	3.0	(0.9)	97.8	52.8	0.7	15.5
(0.1)	9.3	3.1	(2.7)	254.5	72.2	(24.8)	(6.0)
1.1	14.1	2.9	2.0	53.1	24.0	45.2	48.1

TABELA 12 - Empréstimos líquidos (\*) e juros (em US\$ milhões)

TODOS OS PAÍSES

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	12 822,9	100	3 437,4	100	26,8
1974	23 528,4	100	6 634,0	100	28,2
1976	32 855,1	100	9 031,8	100	27,5
1977	39 425,1	100	11 112,2	100	28,2
1978	48 329,7	100	15 502,3	100	32,1
1979	54 445,1	100	22 530,3	100	41,4
1980	55 141,4	100	30 677,8	100	55,6
1981	66 715,2	100	39 535,8	100	59,3
TOTAL	333 262,9	100	138 461,6	100	41,5
TOTAL EM US\$ DE 1981	448 694,2	100	174 441,9	100	38,9

(\*) Empréstimos líquidos é a diferença entre "empréstimos e financiamento" e "amortizações".

AMÉRICA LATINA E CARIBE

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	5 938,5	46,3	1 733,0	50,4	29,2
1974	12 165,8	51,7	3 823,3	57,6	31,4
1976	14 482,2	44,1	4 937,2	54,7	34,1
1977	16 446,0	41,7	5 898,1	53,1	35,9
1978	20 955,1	43,4	8 406,3	54,2	40,1
1979	22 650,8	41,6	12 390,6	55,0	54,7
1980	21 976,8	39,9	17 150,4	55,9	78,0
1981	34 625,2	51,9	22 666,1	57,3	65,5
TOTAL	149 240,4	44,9	77 005,0	55,6	51,6
TOTAL EM US\$10 <sup>6</sup> DE 1981	166 256,0	37,1	96 558,7	55,4	58,1

Tabela 12.(Continuação)

## PAÍSES IMPORTADORES DE PETRÓLEO DE RENDA MÉDIA

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	8 399,4	65,5	2 107,6	61,3	25,1
1974	13 342,5	56,7	4 175,3	62,9	31,3
1976	16 483,2	50,2	5 249,3	58,1	31,8
1977	20 152,4	51,1	6 300,5	56,7	31,3
1978	27 441,0	56,8	9 072,6	58,5	33,1
1979	33 688,6	61,9	13 195,2	58,6	39,2
1980	32 479,2	58,9	18 308,4	60,0	56,4
1981	40 791,8	61,1	23 875,1	60,4	58,5
TOTAL	192 778,1	57,8	82 284,0	59,4	42,7
TOTAL EM US\$10 <sup>6</sup> DE 1981	258 826,9	57,6	103 633,1	59,4	40,1

## TREZE PRINCIPAIS PAÍSES ENDIVIDADOS

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	9 154,0	71,3	2 198,0	63,9	24,0
1974	15 153,9	64,4	4 608,8	69,8	30,4
1976	22 270,3	67,8	5 298,8	69,7	28,3
1977	24 346,0	61,8	7 683,0	69,1	31,6
1978	31 495,6	65,2	10 701,6	69,0	34,0
1979	33 948,3	62,4	15 740,0	69,9	46,4
1980	31 805,3	62,2	21 445,9	69,9	67,5
1981	43 927,0	65,8	28 410,9	71,9	64,7
TOTAL	212 100,4	63,6	97 097,0	70,1	45,8
TOTAL EM US\$10 <sup>6</sup> DE 1981	287 429,9	64,1	121 807,4	69,8	42,4

Tabela 12 (Continuação)

## ARGENTINA

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1975	282,8	-	467,4	-	165,3
1976	741,8	2,3	514,5	5,7	69,4
1977	501,1	1,3	500,1	4,5	99,8
1978	1 392,9	2,9	720,1	4,6	51,7
1979	3 846,6	7,1	1 174,8	5,2	30,5
1980	1 400,2	2,5	2 175,3	7,1	155,4
1981	-217,1	-0,3	3 434,9	8,7	-1 582,2
TOTAL	7 948,3	2,7 <sup>(*)</sup>	8 987,1	7,4 <sup>(*)</sup>	113,1
TOTAL EM US\$ DE 1981	10 447,6	2,7 <sup>(*)</sup>	10 634,5	7,0	101,8

(\*) Ponderado pelos diferentes números de parcelas (anos) que compõem os totais.

## BRASIL

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	1 922,0	15,0	355,0	10,3	18,5
1974	6 123,3	26,0	1 471,0	22,2	24,0
1976	5 695,7	17,3	1 717,6	19,0	30,2
1977	5 844,8	14,8	2 032,3	18,3	34,8
1978	9 482,3	19,6	3 127,0	20,2	33,0
1979	5 578,8	10,2	4 749,8	21,1	85,1
1980	3 804,7	6,9	6 330,6	20,6	166,4
1981	7 967,9	11,9	7 777,9	19,7	97,6
TOTAL	46 419,5	13,9	27 560,9	19,9	59,4
TOTAL EM US\$ DE 1981	58 212,4	13,0	34 328,1	19,8	59,0

Tabela 12 (Continuação)

## CORÉIA

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1972	571,7	4,5	151,5	4,4	26,5
1974	908,6	3,9	221,2	3,3	24,3
1976	1 257,8	3,8	423,0	4,7	33,6
1977	1 454,3	3,7	497,6	4,5	34,2
1978	2 168,8	4,5	692,1	4,5	31,9
1979	2 932,1	5,4	930,0	4,1	31,7
1980	2 152,8	3,9	1 353,4	4,4	62,9
1981	4 523,6	6,8	1 877,5	4,7	41,5
TOTAL	15 969,7	4,8	6 146,3	4,4	38,5
TOTAL EM US\$ DE 1981	20 819,9	4,6	7 680,5	4,4	36,9

## ÍNDIA

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1974	938,9	4,0	261,6	3,9	27,9
1976	1 029,1	3,1	267,5	3,0	26,0
1977	629,5	1,6	293,2	2,6	46,6
1978	595,5	1,2	348,5	2,2	58,5
1979	512,7	0,9	384,5	1,7	75,0
1980	1 844,1	3,3	369,1	1,2	20,0
1981	1 472,4	2,2	400,3	1,0	27,2
TOTAL	7 022,2	2,1	2 324,7	1,7	33,1
TOTAL EM US\$ DE 1981	9 267,2	2,1	3 116,8	1,8	33,6



Tabela 12 (Continuação)

MÉXICO

ANO	EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS (1)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS (2)	% EM RELAÇÃO A "TODOS OS PAÍSES"	JUROS COMO % DE EMPRÉS- TIMOS (2/1)
1975	4 671,1	-	1 094,0	-	23,4
1976	3 985,1	12,1	1 674,9	18,5	42,0
1977	344,6	0,9	1 979,0	17,8	574,3
1978	2 156,2	4,5	2 575,7	1,7	119,5
1979	4 181,2	7,7	3 738,5	16,6	89,4
1980	8 756,5	15,9	5 430,1	17,7	62,0
1981	16 748,6	25,1	8 204,5	20,8	49,0
TOTAL	40 843,3	14,0 <sup>(*)</sup>	24 696,7	20,4 <sup>(*)</sup>	60,5
TOTAL EM US\$ DE 1981	49 240,5	12,5 <sup>(*)</sup>	29 871,1	19,6 <sup>(*)</sup>	60,7

(\*) Ponderado pelo diferente número de parcelas (anos) que compõem cada total.

FONTE: World Debt Tables, World Bank

TABELA 13 - JUROS COMO PORCENTAGEM DOS EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS ANO A ANO E TOTAL (EM US\$ DE 1981)

País/Grupo de Países	Ano											Total
	1972	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981			
Todos os Países	26,8	28,2	-	27,5	28,2	32,1	41,4	55,6	59,3	38,9		
América Latina e Caribe	29,2	31,4	-	34,1	35,9	40,1	54,7	78,0	65,5	58,1		
Países Importadores de Petróleo de Renda Média	25,1	31,3	-	31,8	31,3	33,1	39,2	56,4	58,8	40,1		
Treze Principais Endividados	24,0	30,4	-	28,3	31,6	34,0	46,4	67,5	64,7	42,4		
Argentina	-	-	165,3	69,4	99,8	51,7	30,5	155,4	-1582,2	101,8		
Brasil	18,5	24,0	-	30,2	34,8	33,0	85,1	166,4	97,6	59,0		
Coréia	26,5	24,3	-	33,6	34,2	31,9	31,7	62,9	41,5	36,9		
Índia	-	27,9	-	26,0	46,6	58,5	75,0	20,0	27,2	33,6		
México	-	-	23,4	42,0	574,3	119,5	89,4	62,0	49,0	60,7		

FONTE: Tabela 12.

TABELA 14 - Grupos de países: indicadores de fluxo financeiro e dívida externa (1972 = 100) <sup>(1)</sup>

TODOS OS PAÍSES

(US\$ constantes) <sup>(1)</sup>

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	111	140	162	187	196	198	203
Empréstimos líquidos	136	167	189	215	214	191	212
Transferência líquida de capital financeiro	134	165	185	199	171	115	118
Juros	144	171	198	257	330	395	468

PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	115	145	166	192	199	201	223
Empréstimos líquidos	152	159	170	201	192	164	237
Transferência líquida de capital financeiro	148	148	154	170	123	51	116
Juros	164	185	209	276	360	439	532

PAÍSES IMPORTADORES DE PETRÓLEO DE RENDA MÉDIA

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	111	135	155	183	198	203	216
Empréstimos líquidos	118	128	147	186	202	144	197
Transferência líquida do capital financeiro	109	117	136	167	165	101	110
Juros	143	162	183	245	316	385	460

Tabela 14 (Continuação)

## TREZE PRINCIPAIS PAÍSES ENDIVIDADOS

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	112	141	162	187	195	194	206
Empréstimos líquidos	123	158	163	196	187	154	195
Transferência líquida de capital financeiro	113	149	147	170	132	66	91
Juros	156	186	215	277	361	432	525

## ARGENTINA

(1975=100<sup>(\*)</sup>)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	100	110	132	178	224	270
Empréstimos líquidos	250	159	410	1 004	321	(46)
Transferência líquida de capital financeiro	119	0	304	1 068	(272)	(1 178)
Juros	105	96	128	186	254	437

(\*) Para a FLCF, 1975 = -100

## BRASIL

(1975 = 100)

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	142	188	216	265	260	248	259
Empréstimos líquidos	237	193	187	281	146	88	169
Transferência líquida de capital financeiro	222	165	149	231	27	(71)	5
Juros	308	315	351	501	674	790	891

Tabela 14 (Continuação)

## CORÉIA

(1972 = 100)

	1974	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	114	153	179	216	233	240	272
Empréstimos líquidos	118	143	156	216	259	167	322
Transferência líquida de capital financeiro	122	129	140	200	240	84	256
Juros	109	182	202	260	309	396	504

## ÍNDIA

(1974 = 100)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	101	104	102	92	90	85
Empréstimos líquidos	96	55	49	37	117	86
Transferência líquida de capital financeiro	98	41	28	13	130	87
Juros	89	92	102	100	84	84

## MÉXICO

(1975 = 100)

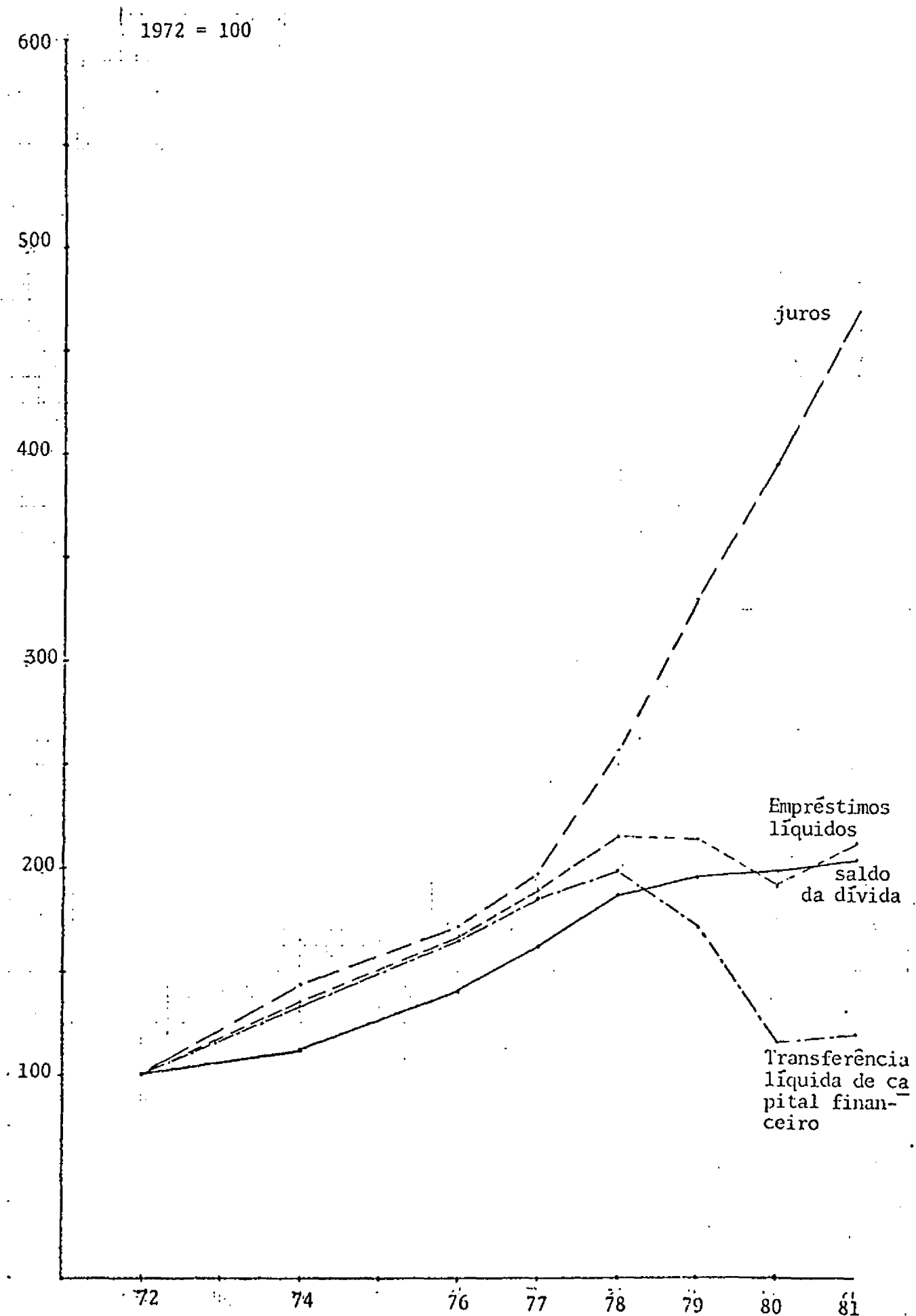
	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo da dívida	125	153	161	167	183	217
Empréstimos líquidos	81	7	38	66	122	213
Transferência líquida de capital financeiro	61	(41)	(10)	9	60	142
Juros	146	163	196	252	322	446

FONTE: World Debt Tables, World Bank.

(1) Deflacionado pelo IPA.



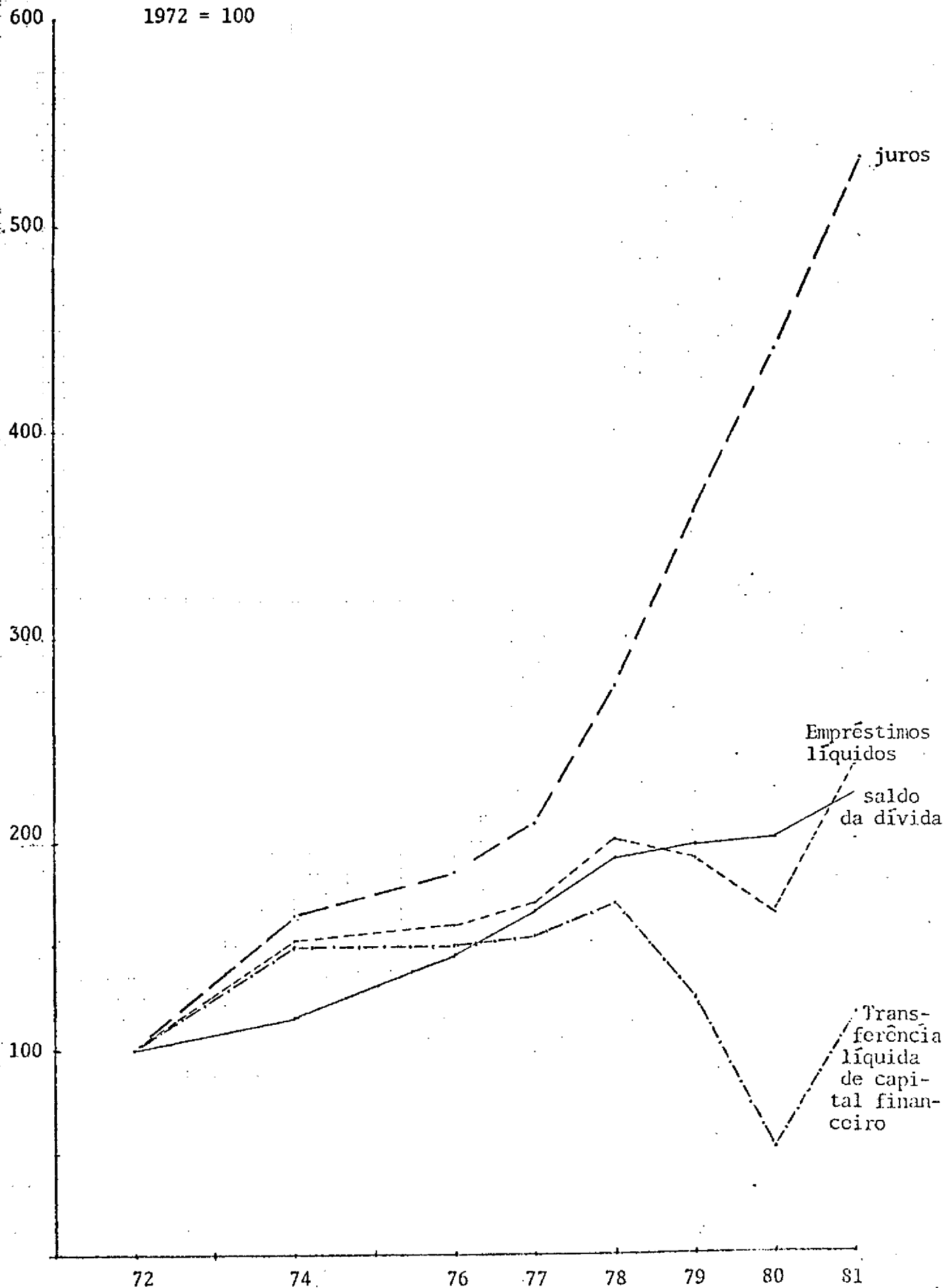
GRÁFICOS DA TABELA 14



\* Deflacionado pelo IPA dos EUA

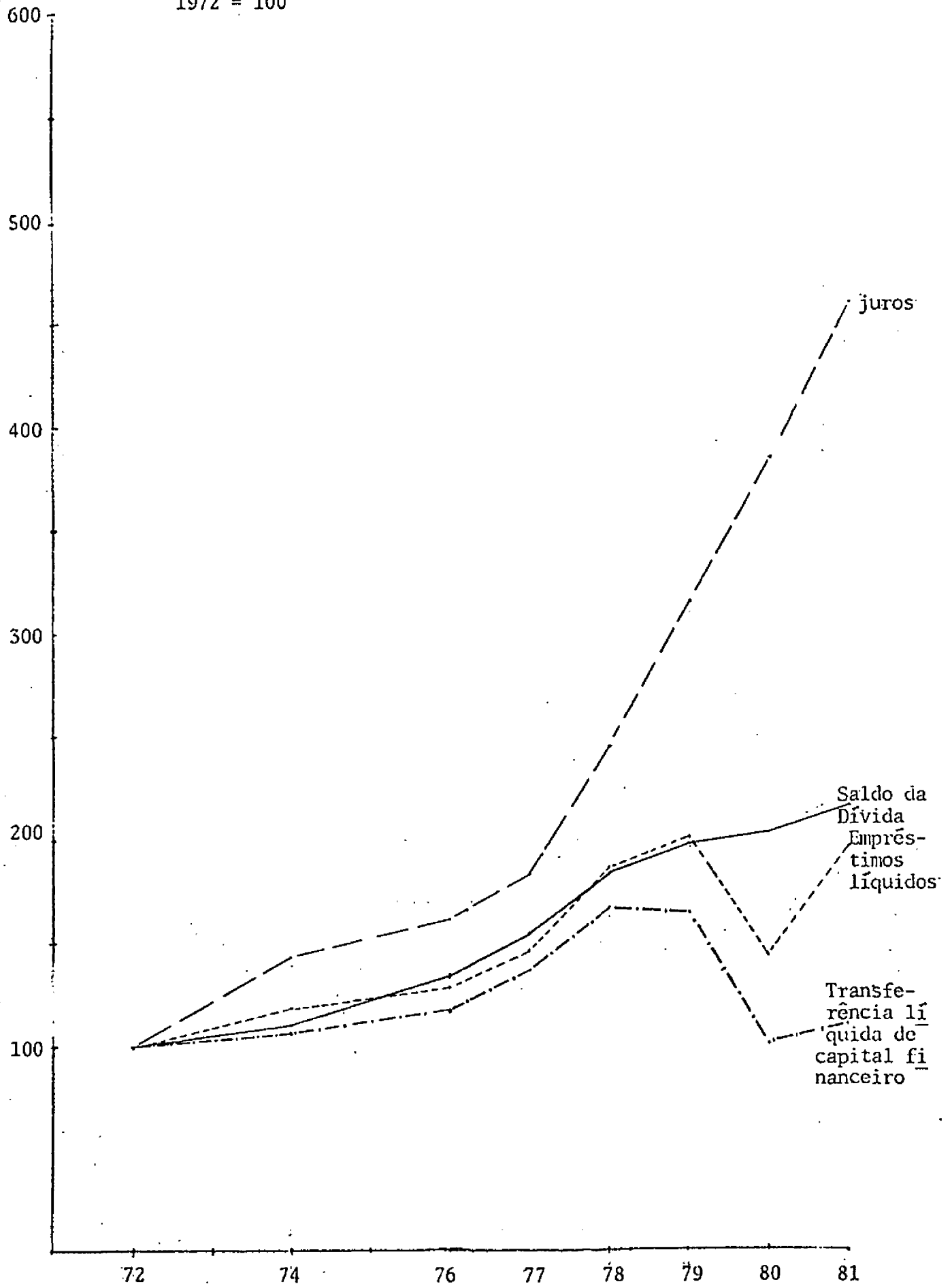


PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: INDICADORES DE  
 FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA (U\$ constantes)

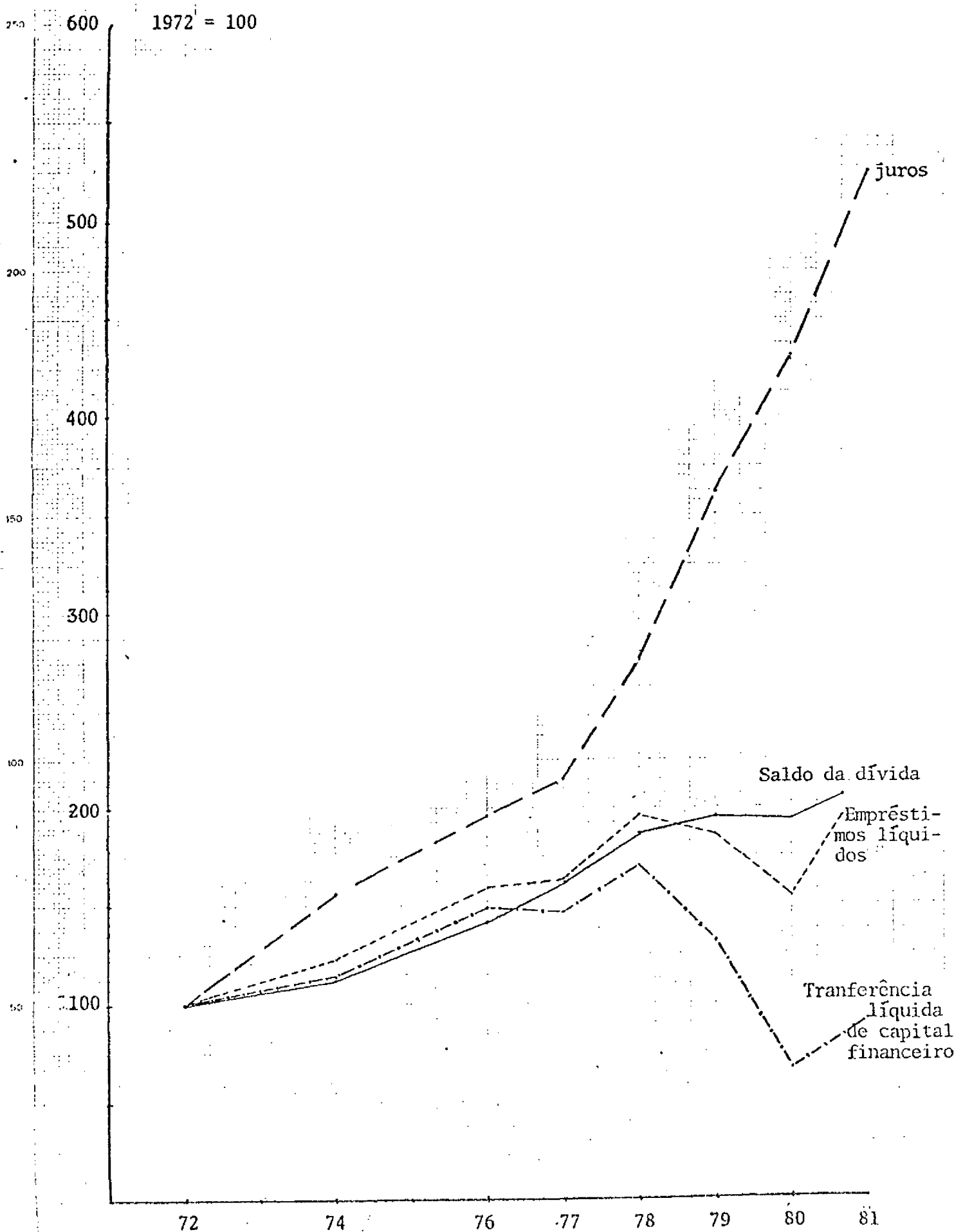


PAÍSES IMPORTADORES DE PETRÓLEO DE RENDA MÉDIA: INDICADORES  
DE FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA (US\$ constantes)\*

1972 = 100



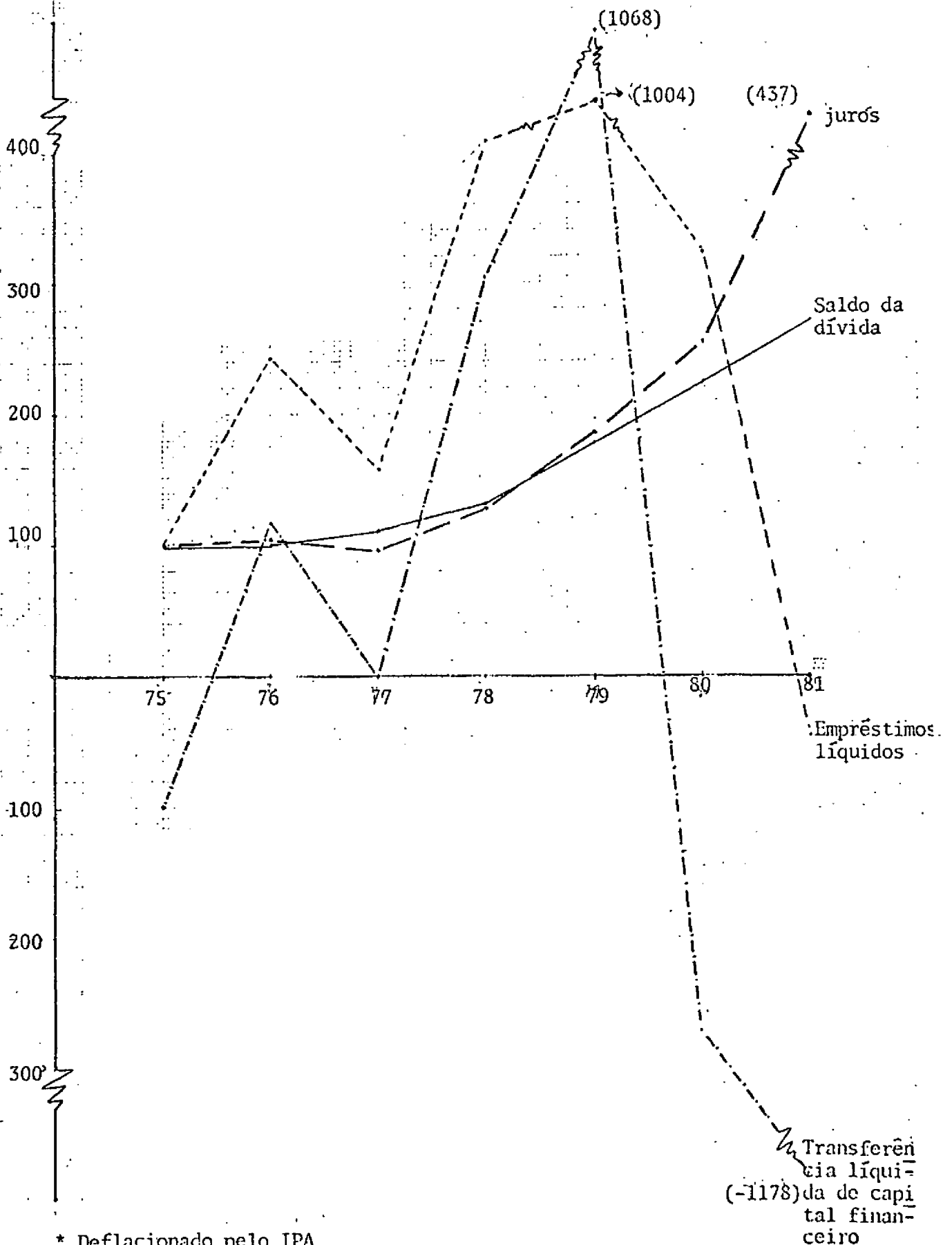
TREZE PRINCIPAIS PAÍSES ENDIVIDADOS: INDICADORES DE FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA (U\$ constantes)



ARGENTINA: INDICADORES DE FLUXO FINANCEIRO E DIVIDA EXTERNA

(US\$ constantes)\*

1975 = 100\*\*

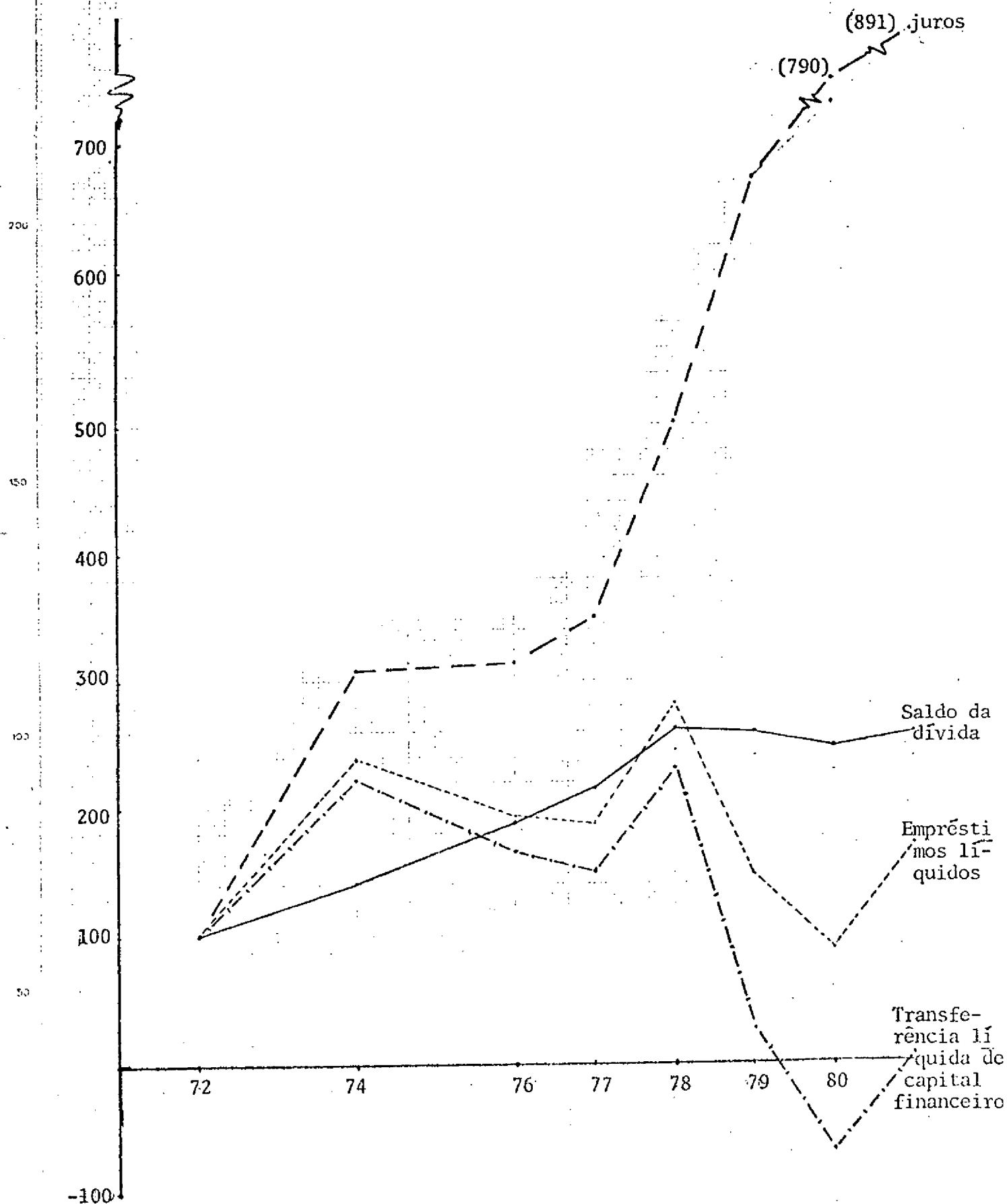


\* Deflacionado pelo IPA  
 \*\* PI TLCF, 1975 = - 100

BRASIL: INDICADORES DE FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA

(U\$ constantes)

1972 = 100

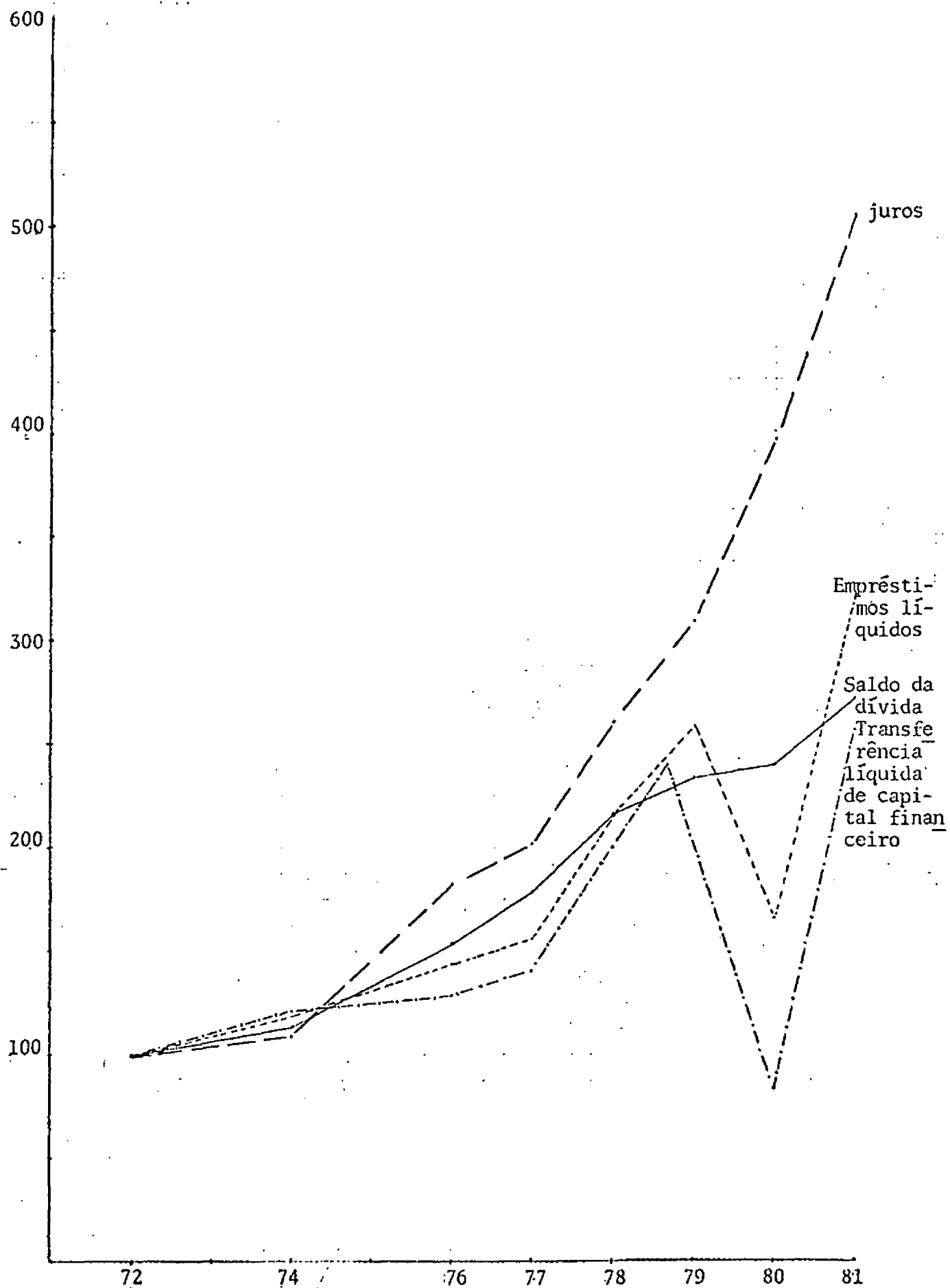


\* Deflacionado pelo IPA

CORÉIA: INDICADORES DE FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA

(U\$ constantes)\*

1972 = 100

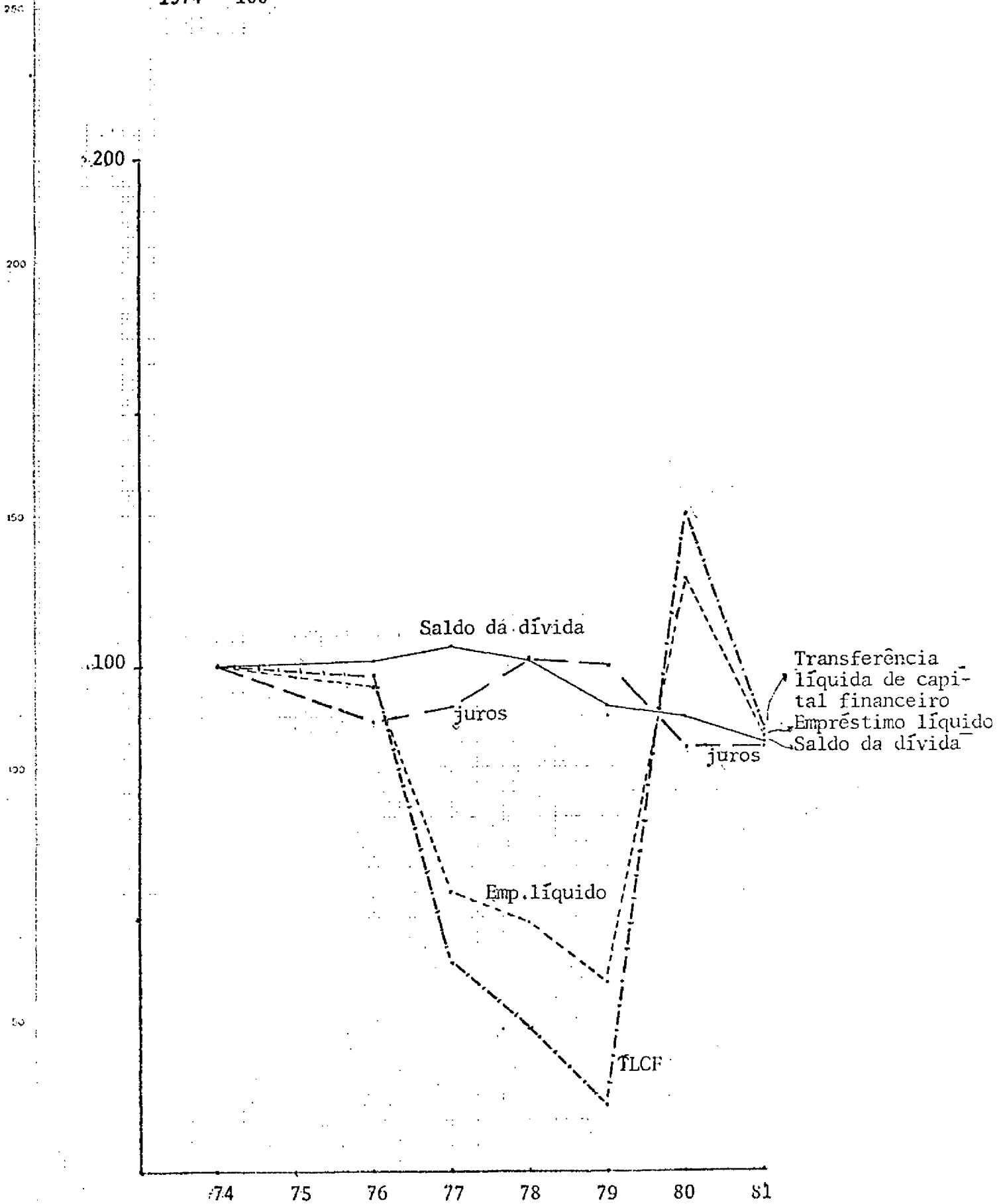


\* Deflacionado pelo IPA

ÍNDIA: INDICADORES DE FLUXO FINANCEIRO E DÍVIDA EXTERNA

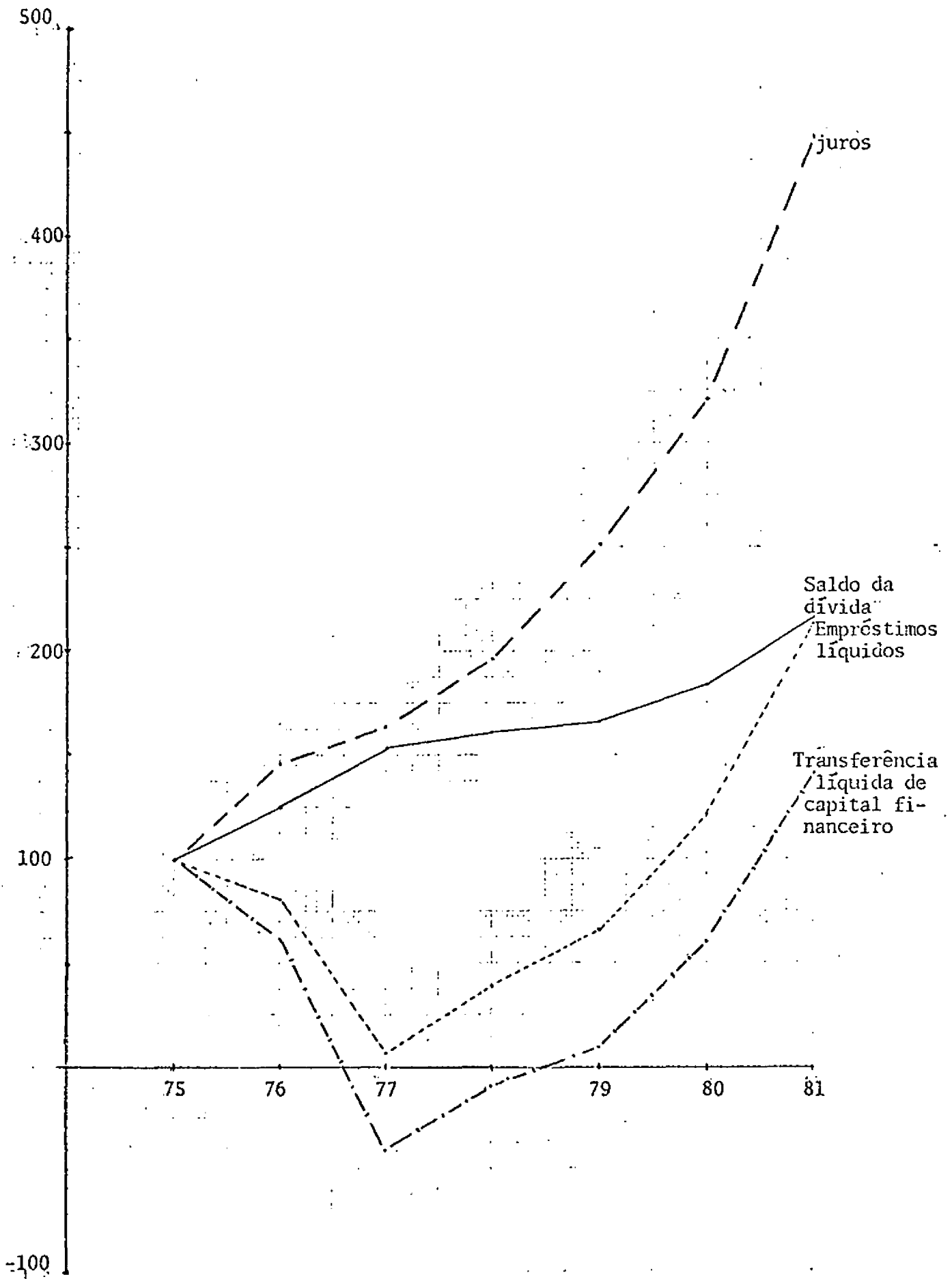
(US\$ constantes)\*

1974 = 100



\* Deflacionado pelo IPA

MÉXICO





SÉRIE FAC-SÍMILE

- F. 1 - INFLAÇÃO E BALANÇO DE PAGAMENTOS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Andrê L. Resende e Francisco L. Lopes*. 86 p. (esg.)
- F. 2 - INFLAÇÃO E NÍVEL DE ATIVIDADE NO BRASIL. *Francisco L. Lopes*. 98 p. (esg.)
- F. 3 - ABERTURA FINANCEIRA AO EXTERIOR: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. *Edmar Lisboa Bacha*. 142 p. (esg.)
- F. 4 - AS CAUSAS DA DIFUSÃO DA POSSE DOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO BRASIL. *João L. M. Saboia*. 148 p. (esg.)
- F. 5 - ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA. *Jorge Vianna Monteiro*. 76 p. (esg.)
- F. 6 - ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UM ESTUDO SOBRE A MAGNITUDE E O PERFIL DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO PERÍODO 1873-1932. *Elisa Maria da C. Pereira Reis*. 46 p. (esg.)
- F. 7 - URBANIZAÇÃO E CUSTOS NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MINAS GERAIS. *Afrânio Alves de Andrade e Roberto Luiz de Melo Monte-Môr*. 112 p.
- F. 8 - ENERGIA E ECONOMIA: UM MODELO INTEGRADO. *Eduardo Marco Modiano*. 226 p. (esg.)
- F. 9 - SALÁRIOS E EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1970/1976. *Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Paulo Renato Costa Souza*. 198 p. (esg.)
- F.10 - DESEQUILÍBRIO EXTERNO E REORIENTAÇÃO DO CRESCIMENTO E DOS INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE MULTISSETORIAL DAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA. *Rogério L. Furquim Werneck*. 130 p.
- F.11 - DEMANDA DE FATORES E OFERTAS DE PRODUTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA: SUBSÍDIOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS. *José Carlos de Souza Santos*. 112 p.
- F.12 - POTENCIAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS. *Maurício Barata de Paula Pinto*. 46 p.
- F.13 - ESTRUTURAS INTRA-URBANAS E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA CIDADE NA TEORIA ECONÔMICA. *Martim Oscar Smolka*. 353 p. (esg.)
- F.14 - SALÁRIOS MÉDIOS E SALÁRIOS INDIVIDUAIS NO SETOR INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE FIRMAS E ENTRE INDIVÍDUOS. *Raul José Ekerman e Uriel de Magalhães*. 106 p.
- F.15 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: FIXAÇÃO, VALOR REAL E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL. *João L. M. Saboia*. 106 p.

- F.16 - A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE VASSOURAS E CAMPINAS: 1850-1888. *Pedro Carvalho de Mello*. (2 vol.) 204 p.
- F.17 - FONTES ENDÓGENAS DO CRESCIMENTO DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL. *Jorge Vianna Monteiro*. 94 p.
- F.18 - A ECONOMIA MUNDIAL E O BRASIL EM CRISE. *Paul Singer*. 149 p.
- F.19 - ASPECTOS DO COMÉRCIO MUNDIAL NO PÓS-GUERRA. *Gesner José de Oliveira Filho*. 208 p.
- F.20 - A NATUREZA FINANCEIRA DA CRISE E SUAS PERSPECTIVAS. *Monica Baer*. 169 p.
- F.21 - A ECONOMIA MUNDIAL COMO PONTO DE PARTIDA. *Pablo Rieznik*. 42 p.
- F.22 - O ENDIVIDAMENTO EXTERNO DOS PAÍSES ATRASADOS. *Pablo Rieznik*. 65 p.

A coleção completa das publicações do PNPE pode ser encontrada em quaisquer dos centros de pós-graduação filiados à ANPEC nos seguintes endereços:

1. Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN)  
Universidade Federal do Ceará  
Av. da Universidade, 2700  
60000 - Fortaleza - CE
2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Rua Curitiba, 832 - 9º andar  
30000 - Belo Horizonte - MG
3. Instituto de Economia (IE)  
Universidade Estadual de Campinas  
Cidade Universitária, Caixa Postal 6110  
13100 - Campinas - SP
4. Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)  
Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 190  
22253 - Rio de Janeiro - RJ
5. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE)  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Av. João Pessoa, 31  
90000 - Porto Alegre - RS
6. Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade de São Paulo  
Cidade Universitária - Caixa Postal 11474  
01000 - São Paulo - SP
7. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)  
Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário - Guamã  
66000 - Belém - PA
8. Curso de Mestrado em Economia (CME/PIMES)  
Universidade Federal de Pernambuco  
Cidade Universitária  
50000 - Recife - PE
9. Departamento de Economia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
22453 - Rio de Janeiro - RJ
10. Curso de Mestrado em Economia  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal da Bahia  
Praça 13 de Maio, 6 - 5º andar - Piedade  
40000 - Salvador - BA
11. Departamento de Economia  
Universidade de Brasília  
Campus Universitário  
70910 - Brasília - DF
12. Instituto de Economia Industrial (IEI)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Pasteur, 250 - Urca - Caixa Postal 56028  
22290 - Rio de Janeiro - RJ

Endereço para correspondência: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE  
INPES/IPEA  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 16º andar  
20020 - Rio de Janeiro - RJ

